

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 9 DE DEZEMBRO DE 2019

NÚMERO 7.558

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:
PSD **PDT**
Kennedy Nunes Paulinha
PSDB **PSC**
Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:
PP **PSB**
João Amin Nazareno Martins
PRB **PV**
Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark
Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Jessé Lopes

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Romildo Titon
Sergio Motta
Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 112ª Sessão Ordinária realizada em 27/11/2019..... 2 Ata da 021ª Sessão Extraordinária realizada em 27/11/2019..... 4</p> <p>Publicações Diversas CPI..... 6 Extratos..... 15 Portarias..... 16 Projetos de Lei..... 17</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2019 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Julio Garcia
Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Reporta-se à pista sintética para atletismo, que é fruto do entendimento do presidente da Fesporte e Prefeitura Municipal de Timbó. Elogia a gestão do sr. Godinho, o Governo do Estado, bem como o Prefeito

municipal pelo investimento dedicado aos catarinenses e ao esporte catarinense. Exibe, no telão do plenário, a citada pista pronta, com a presença do presidente da Fesporte, Prefeito municipal e atletas, ressaltando que é um legado que se deixa para o município e a região. [Taquigrafia: *Silvia*]

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Inicia seu discurso exibindo no telão a foto de um quadro em seu gabinete, que contém uma frase de Olavo de Carvalho, que serve de inspiração e motivação para o deputado.

Comenta que defende a liberdade de expressão, e afirma estar sendo perseguido pelo Governador Carlos Moisés. Discorre sobre o conceito de liderança, argumentando que ser líder é dar exemplo para ser seguido. Exibe imagens do Carlos Moisés no telão para continuar questionando a liderança do Governador. Acrescenta que jamais será seu líder quem recebe o MST em seu gabinete, e quem assina agenda globalista de 2030 da ONU.

Crítica a decisão do Governo em aumentar os insumos agrícolas e informa que vai contra a posição do Governo Federal. Comenta os altos custos para manutenção da Casa d'Agrônômica, a promessa do Governador em transformar a Casa em um museu, e sua mudança de postura ao iniciar seu mandato. Questiona a decisão de Carlos Moisés pela permanência de assuntos relacionados à ideologia de gênero no currículo escolar.

Declara que ajudou a construir o PSL de forma voluntária, e questiona o pedido da sua expulsão do partido. E lamenta estar respondendo este processo de expulsão. [Taquigrafia: *Northon*]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Registra a presença dos vereadores Wilson Pedro Kempfer e Rogério Grade, do município de Cunha Porã, bem como de Fábio Hahn e Afonso Utzig, do município de Itapiranga, desejando que sejam todos bem-vindos.

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Inicia sua fala, informando notícia que o governo do estado atrasa envio de projeto à Alesc, e quase perde R\$ 29 milhões. Comenta que, graças à Assembleia Legislativa e ao Presidente Julio Garcia o assunto já foi contornado para que, na presente data, seja votado o projeto de lei que dará à Segurança Pública o envio de fundo federal. Diz que o governador Carlos Moisés quase permite que aconteça situação desfavorável à economia e ao estado catarinense. Questiona se não é porque o mesmo está muito ocupado perseguindo os deputados do seu próprio partido. Prossegue, apresentando vídeo para ilustrar a sua fala.

Menciona entrevista que o governador deu ao jornalista Upiara, dizendo que, todas as bandeiras que o governo estadual levantou, foram rebatidas por colegas de partido na Assembleia. Destaca que o governador está sugerindo que alguns deputados do seu partido são oposição ao PSL. Afirma que isso não é

verdade, e que o governador está confundindo, pois algumas críticas dos parlamentares são diretas a pessoa do governador, as suas falas e a algumas de suas ações, e não ao seu governo. Cita que mais de 80% dos deputados do PSL votaram favorável às proposições do governo estadual.

Registra que foi denunciada à comissão de Ética do PSL, juntamente com outro deputado, e lê a notificação em Plenário. Finda sua fala cobrando do governo estadual maior interesse e preocupação em relação aos projetos dos deputados da bancada, solicitando também apoio, dizendo que os deputados do PSL ficarão muito agradecidos. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Registra a presença em dos vereadores do município de Flor do Sertão, desejando que sejam bem-vindos.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Traz boas notícias para a Saúde catarinense. Conta que foi anunciada, pelo governo federal, uma redução de 40% da verba destinada ao atendimento do sistema SUS no estado de Santa Catarina e, prontamente, houve forte mobilização do governo estadual, da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e da bancada dos deputados federais, pedindo a revisão orçamentária. Por fim, a Comissão do Orçamento do Congresso emitiu, na data atual, nota técnica com novos orçamentos da União. O Valor repassado ao atendimento do sistema SUS, no estado, será de R\$ 1,760 bilhão, e caso houvesse a diminuição anteriormente noticiada, o valor seria de R\$ 1,232 bilhão.

Registra aprovação do Projeto de Lei n. 0123/2018, que define normas para defesa sanitária vegetal de Santa Catarina. Afirma que, futuramente, a lei permitirá que o produto vegetal catarinense alcance um preço melhor e poderá ser competitivo nos mercados mais exigentes do mundo.

Finalmente, convida a todos para sessão especial, dia 27 de novembro, no plenário da Assembleia Legislativa, em homenagem aos 40 anos de criação da Cidasc.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza o deputado por seu envolvimento nas questões referente à Saúde do estado. Diz que Santa Catarina está sendo bem representada por seus parlamentares em diversas áreas da administração pública. *[Taquígrafa: Roberto]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Registra a presente data em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Câncer, como forma de prevenção e alerta a esta doença tão agressiva.

Comunica que, sem os avanços da medicina atual no mundo, estes diagnósticos seriam sentenças de morte, mas felizmente isto não é a realidade.

Lembra que existem tumores curáveis e incuráveis, e que a cada ano, no Brasil, 600 mil novos casos da doença surgem, e que a taxa de mortalidade é de aproximadamente 30%, isto é, cerca de 200 mil famílias brasileiras sofrem com a fatalidade desta doença.

Traz dados que, no Estado, entre os anos de 1998 e 2018 foram registrados 128.739 óbitos por esta doença. E pede urgência em buscar maneiras de informar a população sobre a realidade atual da doença, e principalmente para informar que o câncer é curável se tratado a tempo.

Reforça que no mês anterior foi à campanha de prevenção ao câncer de mama, e que novembro é dedicado à prevenção do câncer de próstata, e salienta que as campanhas devem ser mais amplas.

Pede que se façam campanhas mais eficazes sobre o câncer de pele, pois o estado tem a maior incidência do Brasil, e questiona se cada um dos cidadãos está cuidando, de fato, da sua saúde e alimentação.

Encerra, desejando que o dia de hoje sirva de reflexão, pois nunca é tarde para dar um passo adiante e mudar aquilo que lhe adoece. *[Taquígrafa: Guilherme]*

Partido: PSB

DEPUTADO NAZARENO MARTINS (Orador) - Agradece a presença dos deputados na reunião da Frente Parlamentar da Grande Florianópolis, no Plenarinho da Casa, bem como a vinda de muitos prefeitos, presidentes de Câmaras e Vereadores de mais de 12 municípios, registrando que foi um trabalho muito bom sobre a BR-282.

Agradece especialmente àqueles que se deslocaram dos seus municípios para participar desta reunião que foi muito proveitosa, tendo em vista as manifestações dos srs. Ronaldo Carioni, superintendente do DNIT, e o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, que trouxeram boas notícias. Relata, também, que a obra no deslizeamento da serra de Alfredo Wagner terá o seu início na presente data. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: MDB

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Faz menção à Sessão Solene de Outorga da Comenda do Legislativo, realizada no dia 25 de novembro, e evidencia que tal evento oportunizou homenagear um amigo, o ex-deputado Manoel Mota, uma pessoa admirável, cuja trajetória sempre foi pautada em luta e conquista, e retoma o ano de 2016, ocasião em que recebeu a Comenda por indicação de Manoel Mota.

Comenta que o critério adotado na escolha da condecoração legislativa é destacar pessoas que contribuíram para o engrandecimento do estado catarinense, e afirma que a indicação do ex-deputado Manoel Mota receber a comenda ultrapassa os moldes adotados, pois desempenhou com muita competência, determinação a sua trajetória política, além do seu trabalho na lavoura e também como caminhoneiro.

Destaca que a sua atuação na Casa Legislativa foi marcada por muitas vitórias, cumprindo sete mandatos consecutivos, além de deixar a sua marca na bancada do MDB como líder, onde desempenhou suas funções com determinação e responsabilidade, atingindo um feito inédito como deputado e líder da bancada, em mais de 50 anos de história do partido.

Conclui, desejando que mais instituições contribuam para o crescimento do estado catarinense, e deixa o seu abraço a todos que receberam a merecedora homenagem. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Traz assuntos relacionados a algumas rodovias, citando a SC-390, que liga Anita Garibaldi a Celso Ramos. Comenta que, na semana presente, aconteceu uma reunião com o Secretário da Infraestrutura Carlos Hassler, o prefeito Ondino de Medeiros e o vice-prefeito Elcio Júnior, de Celso Ramos, e o prefeito Cidinei, de Anita Garibaldi, na intenção de esclarecer a situação desta rodovia. Informa que não há manutenção na rodovia devido ao fato de haver duas associações de municípios, Amures e Amplasc, e apenas uma assinou o convênio.

Declara que apresentou ao Secretário a necessidade de realizar a manutenção na rodovia por ser muito utilizada por estudantes, ônibus e veículos da área da Saúde. Comunica às duas associações que esta manutenção é prioridade, e as obras precisam ser retomadas.

Informa também que pôs em pauta na reunião a necessidade de manutenção da rodovia SC-452 que liga Anita Garibaldi a Abdon Batista, a SC-370 e a Serra do Corvo Branco, a conclusão do aeroporto de Correia Pinto. Comenta que muitas regiões já receberam recursos, porém a Serra Catarinense ainda não.

Relata a situação da demanda Caminhos da Neve, que liga a serra gaúcha à catarinense, onde existe a Ponte das Goiabeiras, construída pelos moradores da região e que não está cadastrada no mapa, necessitando de um registro por parte do estado para que a União possa aplicar emendas impositivas nesta via. *[Taquígrafa: Northon]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspende a presente sessão para que o Presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina - Sindifisco, senhor José Antônio Farenzena, discorra sobre a administração tributária catarinense.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0394/2019, de autoria da Mesa Diretora, que fixa o valor referencial do vencimento dos servidores do Poder Legislativo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com os votos contrários dos srs. Deputados Jessé Lopes e Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 0226/2019, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que reduz a base de cálculo do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com insumos agropecuários, de acordo com sua classificação toxicológica, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: Maurício Eskudlark, Milton Hobus, Moacir Sopelsa, José Milton Scheffer, Julio Garcia, Marcos Vieira, Valdir Colbalchini e Volnei Weber.

Em votação.

Solicita a abertura do painel para a votação.

Temos 34 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em sede de primeiro turno.

A Presidência salienta a respeito dos Projetos de Leis n.s: 396/2019 e 0397/2019, que são fundamentais para Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, os quais se não forem apreciados na tarde de hoje, inclusive com a votação da redação final, farão com que Santa Catarina perca R\$ 29 milhões. É preciso salientar que esses projetos chegaram a este Plenário no dia 5 de novembro, e estão no Governo durante todo o período de 2019. E a Assembleia, novamente, num esforço extraordinário, de modo especial, das comissões, traz esses dois projetos a Plenário para votação, e oxalá sejam aprovados, porque são projetos, também, de interesse de Santa Catarina.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0396/2019, de origem governamental, que institui o Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC), e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Segurança Pública. Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: João Amin, Maurício Eskudlark e Ivan Naatz.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0397/2019, de autoria governamental, que institui o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CESPDS-SC), e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que, extrapauta, coloca em votação o recurso do Deputado Marcius Machado contra com o parecer da CCJ pela inconstitucionalidade do PL n. 125/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bases de descanso gratuitas para caminhoneiros em rodovias pedagiadas do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Portanto, inicialmente, será discutido para posterior votação o Recurso ao Parecer da CCJ, que considerou o projeto do deputado Marcius Machado inconstitucional.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Marcius Machado e Milton Hobus.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "1" mantêm o parecer da CCJ, e os que votarem "2" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA

DEPUTADO ALTAIR SILVA

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

DEPUTADO BRUNO SOUZA

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

sim

sim

sim

sim

sim

sim

não

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO

DEPUTADO FERNANDO KRELLING

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO IVAN NAATZ

DEPUTADO JAIR MIOTTO

DEPUTADO JERRY COMPER

DEPUTADO JESSÉ LOPES

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADA MARLENE FENGLER

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MILTON HOBUS

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NAZARENO MARTINS

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSO BERLANDA

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADA PAULINHA

DEPUTADO RICARDO ALBA

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO LIMA

DEPUTADO SERGIO MOTTA

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VOLNEI WEBER

sim

sim

não

não

sim

sim

não

não

sim

sim

não

não

sim

sim

sim

sim

não

não

sim

sim

não

não

sim

sim

não

sim

não

sim

sim

não

sim

não

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 18 votos "sim", 15 votos

"não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o parecer da CCJ.

Discussão e votação em turno único

do Projeto de Lei n. 0132/2018, de autoria do

Deputado Rodrigo Minotto, que altera a Lei

nº 13.622, de 2005, que normatiza a partici-

pação de atletas, representantes de

municípios, nas competições intermunicipais

promovidas pelo Sistema Desportivo Estadual

de Santa Catarina, através da Fundação Catari-

nense de Desporto - Fesporte, para permitir a

inscrição, nos Jogos Abertos, de atleta

formado.

Ao presente projeto foi apresentada

emenda substitutiva global e subemenda

modificativa.

Conta com parecer favorável da

comissão de Constituição e Justiça; e de

Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs.

Deputados: Jessé Lopes, Fernando Krelling e

Milton Hobus.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário dos

srs. Deputados Jessé Lopes e Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único

do Projeto de Lei n. 0237/2019, de autoria do

Deputado Fernando Krelling, que institui no

âmbito do Estado de Santa Catarina o mês

"Maio Branco", dedicado às ações voltadas a

doação de leite humano visando incentivar

mulheres que amamentam a doarem leite

materno em benefício dos bebês prematuros

ou de baixo peso (menos de 2,5 kg),

internados em UTI neonatal e que não

podem ser amamentados diretamente no

seio da mãe.

Ao presente projeto foi apresentada

emenda Substitutiva Global e subemenda

Modificativa.

Conta com parecer favorável da

comissão de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário do sr.

Deputado Bruno Souza e a abstenção do sr.

Deputado João Amin.

Discussão e votação em turno único

do Projeto de Lei n. 0380/2017, de autoria do

Deputado José Nei A. Ascari, que regulamenta

a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua

Brasileira de Sinais (Libras) no âmbito do

Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada

emenda substitutiva global, subemenda

modificativa e subemenda supressiva.

Conta com parecer favorável da

comissão de Constituição e Justiça; de

Finanças e Tributação; e de Trabalho,

Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs.

Deputados: Luciane Carminatti, Bruno Souza e

Jessé Lopes.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado com voto contrário dos srs.

Deputados Ricardo Alba, Coronel Mocellin,

Jessé Lopes e Bruno Souza.

Neste momento, a Presidência

encerra a presente sessão, convocando

outra, extraordinária, para as 16h52, dando

prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa: Sílvia][Revisão: Taquígrafa Sara].

ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h52, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopesa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber. PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá prosseguimento à pauta da Ordem do Dia, votando imediatamente as redações finais dos Projetos de Lei aprovados em primeiro turno. Consulta os srs. líderes para aprová-los em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: PCL 0226/2019, PL 0394/2019, PL 0396/2019, PL 0397/2019, PL 0132/2018, PL 237/2019 e PL 380/2017.

Não há emendas às redações finais. Estão em votação as redações finais dos projetos lidos.

Em votação.

Aprovadas por unanimidade.

Pedido de Informação n.

0613/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário da Educação informações acerca das obras de reforma da Escola Básica Prefeito Silvio Santos, localizada no Município de Ouro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Pedido de Informação n. 0614/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário da Saúde informações acerca do habite-se do prédio em que funciona a sede da Secretaria da Saúde do Município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0615/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Secretário da Educação informações acerca dos contratos e do processo licitatório para conclusão das obras do Cedup, de Rio Fortuna.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0616/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário da Casa Civil informações acerca do relatório dos critérios utilizados na elaboração do Decreto n. 1.849/18, especificamente no que se refere à atualização do valor da taxa de serviço para emissão da segunda via do Certificado de Registro de Veículo - CRV.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0617/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário da Saúde informações acerca dos motivos que levaram à suspensão dos serviços de Hemodinâmica, voltados à pacientes com infarto agudo do miocárdio, no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0618/2019, de autoria da Deputada Marlene Fengler, solicitando ao Secretário da Pesca e Desenvolvimento Rural informações acerca da possível extinção do Selo de Conformidade Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0619/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário da Casa Civil informações acerca dos dados informados na mídia sobre a sonegação fiscal chegando à ordem de R\$ 10 bilhões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0620/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca das medidas que estão sendo aplicadas ou estudadas para conferir segurança nas imediações das escolas estaduais e no controle de acesso às mesmas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0621/2019, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, solicitando ao Secretário da Educação informações acerca da existência de projeto para implantação de quadras de esportes cobertas nas Escolas Básica Erwin Radtke e Áurea Perpétua Gomes, ambas no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0622/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário da Educação informações acerca das medidas a serem tomadas para que as eleições da diretoria da Escola Básica Astrogildo Odon Aguiar, no Município de Barra Velha, sejam realizadas com lisura e transparência, considerando as inúmeras denúncias advindas da comunidade escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0623/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário da Educação informações acerca dos motivos que levaram a suspensão das aulas no período noturno da Escola Básica Prof. Silveira de Matos, no Bairro Sul do Rio, localizado no Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0624/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário da Educação informações acerca das medidas a serem tomadas para que as eleições da diretoria da Escola Básica Julia Miranda de Souza, no Município de Navegantes sejam realizadas com lisura e transparência, considerando as inúmeras denúncias advindas da comunidade escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0625/2019, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, informações acerca do Projeto de Vida de Jovens Rurais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0626/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca dos motivos que fundamentaram a contratação para a confecção de laudo técnico sobre seis blocos das Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo, sem o devido processo licitatório.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0627/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário da Saúde informações acerca do fechamento de 14 leitos pelo Cepon.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0628/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca da taxa de ocupação das torres que compõem o Complexo da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0629/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca das medidas que o Poder Executivo Estadual está tomando para cumprir o prazo previsto na lei n. 17.354/2017.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0630/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca dos investimentos realizados até o momento no Programa Minha Nova Escola.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0631/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da afirmação pelo Governador do Estado, de que o comércio de cigarros fraudava valores superiores a R\$ 185 milhões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0632/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário da Fazenda informações acerca dos dados que demonstram que a sonegação tributária no Estado passa dos R\$ 10 bilhões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0633/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário da Infraestrutura informações acerca da existência de estudo técnico contendo as obras que são necessárias para a completa recuperação das Pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles, no Município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0634/2019, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário da Infraestrutura informações acerca da conclusão das obras da Ponte Hercílio Luz, especialmente se todas as obras estarão finalizadas no mês de dezembro de 2019, com o completo encerramento do contrato em vigor.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0597/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, parabenizando a Soldado Bárbara Martins da Silva, lotada no 28º Batalhão da Polícia Militar de Laguna, pelo ato de desprendimento e coragem no cumprimento de seus deveres funcionais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0598/2019, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando o senhor Goss Neves, pela posse como Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0599/2019, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, manifestando aplausos ao órgão Missionário Ceifeiros da Hora Final, da Assembleia de Deus, do Município de Içara pela passagem dos 25 anos de atividades.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0600/2019, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, cumprimentando a senhora Bruna Tomaselli, pela classificação para a W Series de Automobilismo, em Almeria, na Espanha.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0601/2019, de autoria do Deputado João Amin, manifestando aplausos à senhora Ângela Gonçalves pela eleição para presidir a ADVB/SC.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0602/2019, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, manifestando aos familiares do senhor Santino Ludovino Voltolini, pesar pelo seu falecimento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0603/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, cumprimentando os sócios-fundadores da Krona Tubos e Conexões, do Município de Joinville, pela passagem dos 25 anos de fundação da referida empresa.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1737/2019, de autoria da Deputada Marlene Fengler, solicitando ao diretor-geral da ANTT que seja realizado estudos visando à isenção de cobrança de tarifa de pedágio nas rodovias federais que estão sob a responsabilidade de empresas concessionárias aos veículos que trafegam transportando pessoas com deficiência, com doenças crônicas graves e degenerativas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1770/2019, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, informações acerca da população de capivaras no Rio Cubatão e seus afluentes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1757/2019, 1758/2019, 1759/2019, 1760/2019, 1761/2019, 1762/2019, 1763/2019 e 1764/2019, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1765/2019, de autoria do Deputado Ismael dos Santos; 1766/2019, 1767/2019,

1768/2019 e 1769/2019, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1771/2019, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1772/2019, 1773/2019, 1774/2019 e 1775/2019, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1776/2019, 1777/2019 e 1778/2019, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1779/2019, de autoria do Deputado João Amin; 1780/2019, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 1781/2019 e 1782/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro; e 1783/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 1633/2019, 1634/2019 e 1635/2019, de autoria do Deputado Volnei Weber; 1636/2019, 1637/2019 e 1638/2019, de autoria do Deputado Ismael dos Santos; 1639/2019 e 1640/2019, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1641/2019, 1642/2019, 1643/2019 e 1644/2019, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1645/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling; e 1646/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza.

Discute a Indicação n. 1634/2019, o sr. Deputado Volnei Weber.

Discute a Indicação n. 1646/2019, o sr. Deputado Bruno Souza.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Deputado Marcius Machado - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao sr. deputado Marcius Machado.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Agradece e anuncia que o ex-presidente da Casa, hoje Senador Jorginho Mello, acabou de ser eleito o melhor Senador do Brasil, pelo *ranking* dos políticos, o que faz jus pelo trabalho, pela seriedade, e como homem de palavra.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Feito o registro, a Presidência proporá moção em nome de todos os deputados pela conquista do Senador Jorginho Mello, que foi colega nesta Assembleia Legislativa.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19, em Homenagem aos 40 Anos de Criação da Cidasc. [Taquígrafa: Ana Maria] [Revisão: Taquígrafa Sara].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CPI

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 11H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) –

Senhores Deputados, muito bom-dia. Quero também aproveitar a oportunidade para cumprimentar todas as senhoras e todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesec. Cumprimento todas as senhoras e todos os senhores que se fazem presentes nesta reunião.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Ato da Mesa nº 30, de fevereiro deste ano.

Não há ata a ser lida, tendo em vista que não ficou pronta. Vai ficar para a próxima reunião.

A pauta de hoje é a oitiva do senhor João Raimundo Colombo, na condição de convidado, conforme aprovado nesta Comissão.

Convido sua senhoria, o senhor João Raimundo Colombo, para fazer parte da mesa. Por gentileza, sentese ali naquela cadeira.

(O senhor João Raimundo Colombo senta-se no local indicado pelo senhor Presidente.)

Senhor João Raimundo Colombo, vossa senhoria se faz acompanhar de advogado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor João Raimundo Colombo requereu a este Presidente que possa ter ele a condição de fazer uma apresentação antes das perguntas do Relator e dos demais senhores Deputados.

Defiro o tempo de até dez minutos para vossa senhoria fazer a exposição. Vai aparecer aqui (no lap-top) e aparecer no telão (refere-se à projeção de imagens).

(O senhor João Raimundo Colombo manifesta-se fora do microfone dizendo que a sua exposição será oral e que não se utilizará de projeção de imagem.)

Oral? Ah, não tem nada a ver com imagem. O.k., então vai ser oral.

Então o senhor João Raimundo Colombo vai ter até dez minutos para fazer a sua apresentação.

Como vossa senhoria foi convidado e aprovado por esta Comissão, deixo de fazer as perguntas de praxe se convocado fosse. Mas alerta vossa senhoria que se não quiser responder qualquer pergunta formulada pelo Relator ou pelos senhores Deputados, vossa senhoria tome a decisão que achar pertinente, adequada.

Eu gostaria que o senhor, então, dissesse o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Bom dia a todos.

Meu nome é João Raimundo Colombo, é... sou empresário rural e moro na Avenida Rubens de Arruda Ramos, 1.389, apartamento 601, Edifício Sant Claude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – São 11h10min e vossa senhoria tem até dez minutos para a sua fala inicial.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Bom, cumprimentando a todos os senhores Deputados e agradecendo a oportunidade e afirmando do prazer de estar aqui na Casa do Povo e perante a todos os senhores, é uma alegria pra mim e assim eu os cumprimento, eu vou tentar fazer em dez minutos uma apresentação rápida das ideias que fazem com que o dia a dia de um governante se transforme nas ações que... que dela decorrem.

Quando você assume o governo, né, vindo de fora do governo, você é atingido por um mundo de pessoas que têm seus projetos, que têm suas ideias, né, e um dos grandes desafios era a questão da mobilidade em Santa Catarina: é a questão de Chapecó, a questão de Blumenau, de Jaraguá, de Criciúma, e aí você tem a via rápida, o acesso complicado em... em... em... em Chapecó, você tem a Antônio Heil, quer dizer, um conjunto de obras, né, e na Grande Florianópolis havia, realmente... era o maior desafio de todos, além da... de um outro desafio muito grande na região de Blumenau.

Então, as propostas que chegavam pra gente, de vindo de, de pessoas de dentro do governo e de fora, elas traziam ideias boas, mas que precisavam mostrar a sua viabilidade.

Então, por exemplo, uma questão: fazer a Beira-Mar Continental, continuar ela duplicando, é uma ideia muito boa, mas um custo muito elevado, com desafios ambientais muito altos, né? E você tinha que... a ideia era fazer uma área criada nova e vender esta área pra iniciativa privada, que pagaria a obra. É uma ideia que, pro futuro, eu acho red... interessante. Mas ela, no momento, ela é totalmente impossível de ser realizada.

Outra ideia que veio era um túnel submerso. Uma empresa de São Paulo colocou o seguinte: olha, o... o... nós fazemos a obra e cobramos um pedágio. Tá, mas e as outras pontes? Não, pedágio é só nesta obra. Olha, é interessante. Eles vieram, fizeram todo um estudo, saía ali na ponta da Beira-Mar ia até lá no Angeloni, né? A conclusão deles foi que teria que o Estado pagar dois bilhões e o... e o... e a... o pedágio seria quase R\$ 50,00. Então não era de graça, né?

Aí tinha também estudos marítimos, né, que levava, levava ao norte da Ilha, à região de Palhoça. A gente estimulou todos esses estudos, né, isso por custo da empresa. [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

Conseguimos junto ao BNDES um projeto pago pelo BNDES, o Plamus, Plano de Mobilidade Urbana, né, que está à disposição. E algumas obras já estavam até em andamento, como, por exemplo, a duplicação da 401, né? Aí nós conseguimos fazer a duplicação dos Ingleses, a 405, a terceira pista; a 407, a terceira pista; o acesso sul do aeroporto. Então foi um conjunto de obras realmente muito significativo, o recapeamento da estrada pra Jurerê. E aí a gente já constatou, já num primeiro momento, a dificuldade do consórcio que estava fazendo a ponte em relação à capacidade de fazer essas obras todas ao mesmo tempo, porque eles tinham ganho também a construção do terminal do aeroporto de Florianópolis, do terminal do aeroporto em Porto Alegre, que era da... do órgão federal, o hospital aqui, da Base Aérea.

Então eram muitas obras e nós queríamos que essas obras andassem.

Em relação à travessia, a gente estudou todas as alternativas possíveis e chegamos... Aí tinha também o alargamento da Via Expressa, né, que agora se realizou; o contorno da Grande Florianópolis. Todo mundo ajudando pra que essas coisas saíssem do papel e se realizassem.

Em paralelo a Ponte Hercílio Luz era uma opção. A obra tava se arrastando, né, e não tinha no Orçamento do Estado nem o financeiro, nem o orçamentário correspondente. Então... eu também não

tinha na época a segurança de que aquela era a melhor opção, até porque não é uma recuperação de uma ponte, uma obra, é uma restauração, e isso implica em respeitar todas as ações dos órgãos, né? Por exemplo, a ponte você teria que fazer ela com rebite e não com parafuso, era uma exigência do Iphan, e tinham muitas outras exigências. Isso tornava isso bastante complexo.

Mas a pergunta é o seguinte: é possível fazer o uso pleno desta, desta rodovia? Então... dessa ponte? Então aí a gente começou a estudar com o nosso grupo de trabalho, cujo Secretário inclusive está chegando agora aqui, era o Secretário Valdir Cobalchini, né, e... também depois Carlos Ecker, Secretário de Obras; e depois o Deputado Vampiro, foram os três Secretários deste período - aqui está o diretor-presidente do Deinfra na segunda etapa, eu soube que o Paulo Meller já tá aqui, já teve aqui; o engenheiro Wenceslau foi, depois, o responsável pela obra... E esse processo todo era um processo muito difícil de decidir, porque era de alta complexidade, né? E tinha um problema grave: tem que... tem que arrumar o dinheiro também, porque senão fica na... no processo de não andar. Aí a... a... a gente começou a alocar recursos e pressionar pra que a obra andasse no ritmo necessário.

E nós começamos a perceber claramente que a empresa, não me cabe aqui juízo de valor, mas o consórcio não tinha a capacidade técnica pra executar a obra. E as empresas associadas que davam a sustentação técnica estavam descontentes e saindo da obra, né? Então nós só tínhamos uma solução: romper o contrato, não havia outra solução. E romper o contrato só não adiantava, tinha que achar alguém que tocasse a obra e que tivesse perfil. E a terceira etapa tinha que ter o dinheiro, porque também senão, que parceiro você vai arrumar se você não tem o dinheiro pra fazer a obra, né?

Então, eu tenho que agradecer aqui também a parte jurídica, né, e aqui está o doutor Serpa, que foi uma pessoa muito importante, tá o Procurador João dos Passos, a quem eu agradeço muito, e eles fizeram esse trabalho de construir um instrumento jurídico com desse segurança, porque o Estado sempre é mais penalizado quando isso é... foi feito um julgamento. Então... haja visto, por exemplo, e era uma coisa que eu tinha na memória, nós não podemos repetir o resultado da 401, que foi interrompido um consórcio, né, uma obra, e nós temos um esqueleto no armário aí, um passivo enorme que tá sendo discutido até hoje na Justiça, sobre como fazer pra poder concluir.

Então foram tomado todos os cuidados, com extrema cautela, com muito aprofundamento jurídico pra gente poder chegar, né, à conclusão de... de um rompimento unilateral da... do contrato que tava sendo desenvolvido.

A partir daí aconteceu também um desdobramento, e já antes, já tinha sido interrompida a obra da, dos Ingleses, porque ela não continuava, era uma tristeza, você ia pela 401 e você via as máquinas funcionando, era uma empresa não sei da onde, tocava que era uma beleza. Aí você derivava pros Ingleses, tinham duas máquinas, não andava, não parava... não funcionava, e as pessoas cobrando bastante, né?

Então nós conseguimos arrumar os recursos através do, do... fizemos alguns esforços, inclusive um o Cobalchini lutou muito pra gente aprovar, da Lei Rouanet, um valor significativo. Nós fizemos com que os órgãos do Estado aportassem na Lei Rouanet o lucro correspondente pra aplicar na ponte, mas nunca conseguimos, junto ao Ministério da Cultura, liberar esse dinheiro, né? Ficou... a burocracia dominou e esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa senhoria tem mais três minutos. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – E esse caminho não se mostrou, né, adequado.

Então, aí com todo o grupo técnico, nós nos dirigimos à empresa que construiu a ponte, a americana American Bridge, que deu toda a segurança técnica e a garantia, depois de três dias de debate, com o projetista, que é um engenheiro alemão, o nome dele é Jurn, e eles conseguiram, né, fazer... nos dar a segurança de que tecnicamente era possível a restauração e a entrega pra plena atividade à sociedade catarinense.

A partir daí se procedeu ao processo de dispensa de licitação, né, que foi uma coisa muito elaborada e muito construída, tanto é verdade que deu certo, nós ganhamos em todas as instâncias, né, os recursos que foram colocados. Uma coisa que a gente exi..., exigia era absoluta transparência, porque uma obra dessa complexidade e com essa coragem de procedimentos, então toda peça que era tirada, que era substituída, você fotografava a peça que tava saindo, fotografa a peça que tá entrando, assim os engenheiros, quer dizer, esse processo todo ele... ele foi feito. E, claro, tem que ter todo um cuidado.

Eu vou narrar, por exemplo, um exemplo que todos nós, agentes públicos, estamos enfrentando. Ali, quando deu aquele

processo do Morro dos Cavalos ali – um minutinho só, Presidente, quero narrar isso pra colocar no contexto das preocupações —, o governo do Estado só tinha um jeito: era seis horas de fila, era acidente toda semana, mas é uma obra federal, então o procedimento jurídico, que foi liderado pelo doutor João dos Passos, era usado, nós temos que entrar na Justiça contra o governo federal, mas isso é uma coisa difícil de fazer, porque qualquer ente procura ter o melhor relacionamento com o outro, e quando você faz uma demanda judicial, esse relacionamento fica arranhado.

Então eu procurei as autoridades federais pra explicar que as pessoas tavam morrendo, levei os dados, levei... as filas, o problema que trazia pra economia, pro turismo e a necessidade, então, de a gente fazer com que aquela obra acontecesse. Então nós acionamos o governo federal na Justiça, foram... se não fizesse isso eu poderia ser processado por prevaricação.

Bom, ao fazer isto, isso acabou indo no Supremo, nós ganhamos uma liminar e foi autorizada pra fazer a obra. Então resolvemos o problema. Agora, eu, semana retrasada fui procurado por um oficial de justiça, eu disse: olha, o que será que... porque essa obra nós resolvemos, o que que... é uma ação civil pública feita pela Procuradoria Federal por eu ter tomado a iniciativa, né?

Então, se você não tiver todos os procedimentos jurídicos bastante fortalecidos, você acaba tendo que responder nesse sentido.

Então a... a... eu poderia me alongar mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mais um minuto.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Vou cumprir o horário que você coloca.

Nós tivemos alguns problemas, Presidente, na época de tocar a obra, né? Uma foi a... a... aquele pilar do, do, do continente, né? Ali tinha uma invasão, três casas, há muito anos, né, e aquele pilar era o que tava mais atingido, até porque ele era isolado e ninguém tinha entrado lá pra fazer a manutenção, as casas bloqueavam aquilo. E quando a empresa chegou até lá, disse: olha, aqui tá um ponto crítico, este, se nós não... não adianta arrumar o resto, se não tá... se não der segurança neste aqui. Nós levamos sete meses com pendência jurídica, adotando todas as ações que a justiça determinava, pra poder liberar aquelas famílias e isso atrasou, e aí não tem o que fazer.

O segundo problema, a... quando tinha que fazer um reforço no pilar do continente e no pilar da Ilha, e no pilar da Ilha tinha que interromper a beira-mar em alguns momentos e uma pista por bastante tempo. E aí nós tivemos com a Prefeitura uma série de demandas e dificuldades pra poder definir. Isso também atrasou, mas depois nós superamos.

Então, a, a... eu acho que eu fico à inteira disposição pra me colocar em relação... sendo objetivo. Eu teria muito mais pra falar e pra argumentar em relação a essas coisas, mas eu acho que assim fica mais fácil de, de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu lhe agradeço.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – ...estar no horário que o senhor determina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Antes de passar a palavra ao Deputado Bruno Souza, Relator da matéria, quero comunicar ao senhores que a Deputada Marlene se encontra ausente, mas indicou o Deputado Milton Hobus para representá-la. Seja bem-vindo.

Da mesma forma, como o Deputado João Amin ainda se encontra em viagem, ele indicou o Deputado Ivan Naatz para representá-lo. Também seja bem-vindo.

A Deputada Luciane Carminatti comunica a ausência no dia de hoje e também o Deputado Fernando Krelling comunica a ausência no dia de hoje. Mas registro a presença dos Deputados Ismael dos Santos, Luiz Fernando Vampiro, Valdir Cobalchini e Moacir Sopelsa. Sejam todos bem-vindos.

Deputado Bruno Souza com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom dia, senhor Raimundo Colombo.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muito obrigado por atender o nosso convite, e nós esperamos que seja uma oportunidade para esclarecermos alguns episódios de um período no qual nós temos algumas dúvidas. Agradecemos a disposição de vir aqui conversar com esta CPI. [Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

Eu quero começar fazendo a seguinte pergunta ao senhor: o senhor Celso de Magalhães Carvalho, que foi engenheiro coordenador do Consórcio Supervisor Prosul-Concremat, afirmou em sua oitiva nesta CPI, no dia 23/10, que enviava correspondência mensal (no ano de 2012) e semanal (no ano de 2013) ao senhor, dando conta dos problemas e das situações que envolviam a Ponte Hercílio Luz, sendo esta correspondência uma cópia do expediente que era remetido ao engenheiro fiscal do Deinfra.

O engenheiro fiscal do Deinfra, senhor Wenceslau Jerônimo, afirmou em seu depoimento, no dia 20/10 (*sic*), que o Governador Raimundo Colombo, abre aspas, “em um determinado período, ele ia todo dia lá na obra”, e também confirmou que o senhor tinha conhecimento do andamento dos trabalhos e dos principais problemas nas obras da ponte.

Senhor Raimundo Colombo, o senhor poderia confirmar qual era o seu nível de conhecimento acerca da obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – O conhecimento de um leigo, né? Eu não sou engenheiro e não posso atestar qualidade da obra. Eu tenho bom senso e a responsabilidade. Então o que eu procurava fazer, que era meu dever fazer a obra andar, né, fazer ela tocar, e eu comecei cobrar com bastante rigor, tanto da nossa equipe, quanto das empresas contratadas pra executarem isso.

Eu não lembro de ter recebido ofício desse senhor Celso, mas se recebi, eu encaminhei ao Deinfra, que é a quem cabia avaliar. Eu não ia todo dia na obra, mas ia sempre que eu podia, o máximo que eu podia ir, então acho que fui... sei lá, cinquenta vezes, o máximo que era possível pra acompanhar e ver qual era as dificuldades, porque se não fizesse isso não terminara nunca, né?

Então eu me sentia no dever de dar proteção e apoio a uma equipe técnica extremamente qualificada que tava lá e que, às vezes, precisava de apoio pra falar com a Justiça pra acelerar esse processo, pra falar com a Prefeitura, pra agilizar a... a obra.

Então eu tava disponível o tempo inteiro pra tentar ajudar naquilo que demandasse, agora, obviamente, eu tenho que afirmar que não tenho conhecimento técnico pra avaliar procedimentos de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor acompanhava os relatórios da fiscalização?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Nós fazíamos uma reunião... quando a gente começou a perceber... nós tínhamos o dinheiro, tínhamos que tocar a obra, e esta era a única alternativa, eu, na posição de Governador e não tendo conhecimento técnico, eu chamava toda a nossa equipe, a equipe jurídica, a equipe dos engenheiros da Secretaria e dizia: bom, e o que que tem que fazer, o que precisa fazer, qual é o caminho que a gente tem que percorrer. E provocava pra que a gente achasse a melhor solução.

Fizemos muitas vezes essas reuniões e isso deu certo, tanto deu certo que a gente pode hoje chegar aqui e dizer, mais um mês ou dois a obra tá pronta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor tinha contato rotineiro com o engenheiro Wenceslau?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, eu tinha com os Secretários, né? Eu respeito muito a hierarquia, nunca falei com o Wenceslau sobre... tentava cumprir a hierarquia, nem com o presidente do Deinfra, eu falava com o Secretário, que é o que determina. Agora, obviamente que quando você se disponibiliza você vai recebendo informações, e nesse período muitas pessoas procuravam pra falar da ponte e de todas as outras obras. Sempre que eu podia, eu... pois não, fique à vontade, fala o que tem que falar. E aí eu ouvia, né?

Fui procurado por uma senhora de uma empresa do consórcio, eu não lembro, né? Ela tava lá na antessala e me avisaram: olha, tem uma mulher aí que trabalha lá e que tem uma de... uma informação muito importante pra fazer... Manda ela entrar, porque senão você não fica sabendo, o poder isola. E ela me assustou muito, ela disse que a obra tava correndo sérios riscos e tal. No outro dia eu chamei a equipe e disse: olha, eu tô com informações graves aqui, né?

Teve um outro senhor de uma obra de... ele fazia manutenção...

Oi, Deputada, tudo bem? (*Cumprimenta a Deputada Luciane Carminatti, que adentrou ao recinto.*)

...manutenção da ponte, era uma empresa de Curitiba, eu não lembro o nome, mas me parecia uma pessoa muito qualificada, experiente, ela tava há muito tempo na obra, ela também me assustou. E obviamente que quando um leigo recebe uma informação, ele chama as pessoas e diz: olha, tô recebendo essas informações, nós precisamos avaliar esse processo. E essas informações foram também decisivas pra que a gente acelerasse o processo de encontrar alguém competente pra fazer o trabalho – essas empresas tavam dando pra gente informações que internamente o quadro era ruim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E essas reuniões que o senhor afirmou que aconteciam, quando da chegada desses relatórios, elas aconteceram em que ano?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Acho que foi 2013, né, eu não lembro bem. Mas é quando... naquela fase em que você terminou, que não tinha mais... porque nós tínhamos que concluir a convocação, né, de que a empresa não era habilitada.

Então você chamava eles e eles tinham que apresentar um cronograma, né, e o que eles tinham feito e o que precisavam fazer, e aí o nosso pessoal ia questionando. Então eles passaram a assinar

esses documentos e oferecer esses documentos pra nossa equipe técnica. Não cumpriram o que escreveram, isso era um instrumento jurídico indispensável pra você poder fazer a substituição. Eu não sei se foi 2012, ou 13, ou foi os dois anos... Não, eu não lembro bem isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor poderia nos descrever alguma dessas... exemplificar alguma dessas situações que o assustaram, como o senhor mencionou?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, que a ponte estava em risco, ela poderia cair e a empresa não tinha competência pra continuar a obra. Basicamente era isso. [Transcrição: Felipe Pereira Bueno]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando o senhor assumiu o governo do Estado, em janeiro de 2011, os serviços relativos à obra da Ponte Hercílio Luz conduzidas à época pelo Consórcio Florianópolis Monumento estavam apenas 15,99% executados, quando deveriam estar com 83,33% realizados, com base no cronograma original. Com vistas a demonstrar o quanto o cronograma da obra estava atrasado, esse percentual de 15,99% de execução deveria ter sido atingido durante o 5º mês do contrato, porém já estávamos no 25º mês de vigência da contratação.

Senhor Raimundo Colombo, quando assumiu o governo o senhor buscou se informar sobre a real situação das obras da ponte? Nós temos aqui o *slide* demonstrando como estava na ocasião.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não... quando você assume o governo vem uma avalanche pra cima de você, né? Então, a ponte não era uma coisa prioritária naquele momento, eu não tinha as informações. Eu vim tomar conhecimento mais tarde um pouco, quando nós tratamos do problema de mobilidade urbana, né? E o problema aí, certamente, foi questão financeira, não tinha o dinheiro, a obra foi contratada, mas o Tesouro do Estado... houve uma... começou uma recessão forte e esses recursos não tavam disponíveis, né? Então não tinha como tocar a obra se não houvesse uma, uma, uma capacidade grande política de arrumar recurso.

E como é que nós arrumamos os recursos, Deputado?

Na... naquela emenda... a Resolução nº 13, onde o Estado de Santa Catarina foi prejudicado, né, porque eles impediram a importação via os portos de Santa Catarina, nós fizemos uma guerra lá no Senado, junto ao governo federal, porque Santa Catarina tava sendo muito prejudicada e isso nós... eles, o governo oferec... federal resolveu, minimizou aqueles efeitos e depois disponibilizou recursos para executar obras de, de, de, de estrutura pro Estado. E, aí, nós fizemos o programa Pacto por Santa Catarina e, aí, foi disponibilizado o valor necessário pra obra ir até o final, e esse dinheiro tá no banco até hoje, né? E... foi aí que nós conseguimos, neste momento é que a ponte se viabilizou, aí, aí realmente se assegurou os recursos.

Muitas vezes você... faltava recurso pra uma obra e o pessoal dizia: tira da ponte, porque vai, va... aquela vai demorar mais. Eu dizia: não, não, não, não mexe aqui, porque não podemos deixar essa obra é... abandonada ou... ou sem terminar. Esse dinheiro tá destinado à ponte e vai ficar lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então a situação financeira do Estado era o principal fator de atraso nas obras, não era a capacidade técnica do consórcio executor?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Isso eu não sei, porque eu acho que se você ganha uma licitação e, e, e assegura a competência técnica, você deveria ter. Pra mim eles perderam a capacidade técnica quando as empresas começaram a abandonar. Eu não conheço as empresas, não sei quem é essa pessoa... porque eu pedi pra essa pessoa da... que, que teve lá, essa mulher, eu disse: então você escreve isso, deixa um documento. Eu nunca recebi esse documento. Então é... você tinha que ir intuindo qual era o melhor caminho. Eu não sei avaliar se essa empresa tinha competência técnica ou não, isso não, não me cabe, não, não, não tenho essa condição técnica de avaliar isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Durante o seu primeiro ano de mandato, em 2011, o Consórcio Florianópolis Monumento faturou apenas R\$ 5,2 milhões, quando deveria ter faturado acima dos R\$ 30 milhões acumulados no ano. Em comparação, em 2009 foram faturados R\$ 14,3 milhões e em 2010 foram R\$ 11,8 milhões.

Por que durante o primeiro ano da sua gestão o ritmo dos serviços caiu tanto? O que gerou tanto atraso no cronograma original da obra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – O primeiro ano, em qualquer governo, nesse tá acontecendo isso também, você precisa conhecer o que tá em curso, o que tá contratado, capacidade que tem. Então é natural que isso ocorra, em qualquer governo, em qualquer época, você precisa conhecer, você não entra com o pé no acelerador sem ter dinheiro e sem ter conhecimento da importância daquele projeto.

Então eu acho que isso é uma coisa natural e foi... deve ter sido o que aconteceu, porque tem uma equipe técnica pra cuidar disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em 2012 a situação pouco se modifica e as médias mensais de medição se mantêm próximas às verificadas no ano de 2011, ou seja, igualmente muito aquém do previsto no cronograma. Ocorre que em junho de 2012 é assinado o oitavo termo aditivo, o Termo Aditivo 155/2012, ao contrato original, Contrato PJ 264, prorrogando o contrato por mais trinta meses, ou seja, até 31/12/2014, como está no computador a sua frente e também projetado.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ao final de junho de 2012, ao invés das obras da Ponte Hercílio Luz estarem concluídas, o contrato estava aproximadamente 23% executado, mesmo após longos três anos e meio de contrato.

Por que foi assinado mais esse termo aditivo e não foi rescindido o contrato na época? [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Existe um protocolo de termos aditivos em qualquer órgão, né, do Estado. No caso o Deinfra é uma autarquia, autarquia significa autonomia, né, das decisões. Como é que se faz isso dentro desse protocolo? O engenheiro fiscal aponta um documento pra diretoria, que leva pra diretoria colegiada, e a diretoria colegiada submete a um conselho do... do Deinfra. Isso vem há muitos anos funcionando desta forma. Isto não é submetido a, a, ao Governador, nem sei se ao Secretário, acho que também não, né?

Então eu não tenho conhecimento desse, desse, dessa decisão e ela é uma decisão técnica. Eu acho que vocês já ouviram os engenheiros aqui, eles devem ter dado explicação sobre isso. A minha parte é de liderar o processo de fazer a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então de quem foi essa decisão final de firmar esse aditamento?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Do, do Deinfra, óbvio, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Seria do presidente do Deinfra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Do colegiado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do colegiado do Deinfra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – O protocolo de, de, de... é esse que eu, que eu falei. Você vai submetendo e depois o colegiado homologa ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O colegiado... para que fique claro, o colegiado do Deinfra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Do Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do Deinfra.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – É... é... aí você tem a, a, a diretoria do Deinfra mais os enge... os engenheiros que fazem parte, que representam os diversos setores. É uma coisa bem transparente. É histórico, isso não começou com a gente, já tinha isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, então, não participou de qualquer forma nessa decisão?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, eu não... não, não cabia a mim, não... eu era o Governador do Estado, a obra era tocada pelo Deinfra, que é uma autarquia, né? Se tivesse algum problema talvez fosse informado, mas não, não... não cabia a mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na opinião do senhor, uma decisão dessa importância não deveria passar pelo Governador do Estado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Prorrogação de prazo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Um aditamento de uma obra que estava com 23% conclusa, quando deveria estar com 84, em uma das obras mais complexas do litoral catarinense, provavelmente a mais complexa.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Olha, eu procurei trabalhar 24 horas por dia e ficar disponível a todos os que me procurassem. Se houvesse alguma razão, eu teria sido procurado. Essa resposta não... não cabe a mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor acreditava que esses 77%, na hora de firmar o aditivo... O senhor acreditava que os 77% restantes da obra seriam executados nos dois anos e meio seguintes?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, enquanto nós não tivesse a solução financeira, a obra ia se arrastar, porque não existe você tocar uma obra sem dinheiro, né?

Então a... a obra se consolidou em dois momentos: um momento em que nós conseguimos tirar o consórcio, eu acho que ali a gente readquiriu as condições técnicas; e o momento que se

disponibilizou os dinhe... o recurso, né? Do contrário ela ia se alongar por, por tempo indeterminado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Logo após o aditivo de junho de 2012, o contrato entra na sua pior média de execução, sendo que no segundo semestre de 2012 inteiro, julho a dezembro, as medições do Consórcio Florianópolis Monumento apontavam ínfimos R\$ 375 mil faturados, o que representa, aproximadamente, 2% do que deveria ter sido executado nesse segundo semestre, nesse período.

O relatório do Consórcio Supervisor Prosul-Concremat do mês de dezembro de 2012 é emblemático, sendo que não apresenta nenhuma foto de nenhum serviço técnico executado – é o que está projetado e está no computador também, na frente do senhor –, bem como aponta as seguintes observações: “Os serviços em execução no período pelo Consórcio Florianópolis Monumento são: Serviços praticamente paralisados; Serviços de manutenção do Canteiro de Obras.”

Senhor Raimundo Colombo, o canteiro de obras estava praticamente abandonado e os serviços técnicos estavam parados, e essa não era uma situação eventual, era a realidade ao longo dos últimos seis meses. Por que o contrato não foi rescindido nesse momento? Já não era hora de dar um basta na situação? Já não estava claro para o Estado que a executora não iria finalizar a obra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Aí é a responsabilidade da gente, né? Eu vi agora as imagens do gov... do Prefeito do Rio de Janeiro botando uma retroescavadeira e destruindo tudo. Poderia ter feito isso, teria sido capa de jornais e talvez essa pergunta não existisse. Mas a responsabilidade pra que não ficasse uma pendência jurídica, pra que não acontecesse como aconteceu da... com a... com a... com a 401, era obrigado você tomar com responsabilidade passo a passo, mesmo que isso desse desgaste e permitisse essa pergunta.

Agora, a resposta dela é a seguinte: com grande sucesso a empresa foi tirada, foi contratada novas empresas e nós podemos inaugurar a ponte.

Então se eu fosse cuidar desse processo passo a passo, como foi cuidado, se não fizesse isso, nós teríamos hoje uma depe... uma pendência jurídica e certamente derrotas na Justiça. Então o que que aconteceu? A decisão era: não adianta tocar com essa gente e temos que colocar os outros. Essa fase de transição não fazia nenhum sentido você pagar e mandar os caras fazer a obra. Nós távamos na fase de substituir eles, porque tínhamos formado a convicção de que com eles a obra não iria acontecer. [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

Eu me lembro... o Cobalchini aqui vai lembrar, os outros da equipe, acho que o Paulo Meller que terminou a reunião com eles, eles fizeram uma apresentação, eu pedi que a equipe ficasse na sala e perguntei: gente, nós estamos num momento decisivo, eu quero ouvir com franqueza e com segurança a opinião de cada um. Esse pessoal tem chance de concluir essa obra? Nós estamos seguro tecnicamente? E todo mundo, todo mundo foi falando, o Cobalchini lembra, e todas as pessoas, parece-me que doze ou quatorze, disseram: não tem. Eu digo: então não há mais o que fazer, vamos interromper.

A partir daí não tem mais o que eles fazerem no canteiro de obra ou continuar as obras. Agora, é uma questão jurídica que precisa ser feita com absoluta responsabilidade de equilíbrio pra não ficar um passivo pro Estado. Isto eu quero considerar e cumprimentar a nossa equipe, foi um dos grandes méritos do governo. Nós ganhamos em todas as instâncias jurídicas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando foi isso? Foi em 2012?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu não lembro as datas. Eu tô dando um cronograma da memória política que eu fiz. O operacional... o governo... o Governador não cuida do operacional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas a convicção que... Essa reunião onde se formou a convicção...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Ah, se a data for tão importante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...de que a empresa não iria terminar.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Se a data for tão importante, eu vou procurar na Casa Militar quando é que foi isso e posso dar a data. Eu agora não vou lembrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Seria, seria importante...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Posso fazer isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...se o senhor pudesse disponibilizar para nós.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Claro, claro, faço com o maior prazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tecnicamente - uma pergunta apenas para finalizar esse tema - não era

indicada a rescisão muito antes de 2014? A substituição começou, ela... até o... de 2012, do aditivo, até a substituição foram dois anos de rescisão. Tecnicamente o que seria indicado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Deputado, a, a situação era a seguinte: você tinha que ter três passos que são indispensáveis, você cancelar, né; você tem que se... ter claramente pra onde ir, né? Aí o que que a gente fez? Eu peguei os nossos técnicos e... a... uma... o cara que fez o projeto, oh, nós vamos conversar com quem? Quem é que vai nos orientar? Não, a empresa tal. Aí alguém sugeriu, não lembro agora, por que que não procura a empresa que fez a ponte? Eu digo: existe ainda? Existe. Então vamos lá. Era Pittsburgh o nome da cidade.

Fomos lá, fizemos todo o trabalho, a gente foi recebido por toda a diretoria, o presidente era um senhor alto, né, e eles fizeram... eles, eles tinham um museu lá, olha, é impressionante. Eles tinham mais dados da ponte, era, era, incrível o, o, o que eles têm lá. E aí nós ficamos dois dias discutindo: é viável, esse projeto que está aqui é o projeto certo? Essas torres de sustentação, é esse o caminho? Aí o presidente da empresa disse: olha, eu faria diferente. Eu digo: ah, não, não, só um pouquinho, vamo parar, eu gostaria que agora o projetista e o senhor debatessem pra ver se o que tá sendo feito é o caminho, porque eu sou leigo. E, aí, no primeiro momento ele disse: não, o modelo certo é ir retirando peça por peça na ordem inversa do que ela foi colocada. Eu digo: bom, então nós tamo fazendo errado! Daí o procurador que era um... o projetista, que é um alemão, ele chegou e disse: não, deixa eu fundamentar. E aí eles ficaram num debate técnico de um dia e meio ali e, no final, eu perguntei pro presidente da American Bridge: o senhor concorda com o projeto? Diz ele: sim, tá bem encaminhado, as duas alternativas vão levar ao mesmo resultado, vai dar certo.

Bom, então nós temos a empresa que poderá fazer a obra, agora tem que arrumar o dinheiro, né? E esse era o essencial. Nós estamos falando aí de R\$ 300 milhões ou alguma coisa parecida. E, graças a Deus, conseguimos essa etapa.

Então, neste contexto... a gente, a hora que a gente tinha esses instrumentos na mão, a gente acelerou ao máximo, né? Até então não era possível. Não tinha... você interrompe, mas não começa de novo e aí você fica com um espaço, é... neutro, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E nesse período, 2012, o Estado já tinha o dinheiro para a obra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu não lembro agora, mas ã... ele foi, e... o financiamento aconteceu, porque ali tem dinheiro do financiamento do Banco do Brasil e do BNDES, são três ou quatro fontes – tem no trans... no Portal Transparência ali os recursos. Eu não... não lembro, mas a gente... a decisão dos recursos ela ficou materializada, a gente tinha outros... tentativas, outros projetos, né, mas ela se materializou naquela época da Resolução 13, que eu acho que foi em 2013, eu não lembro se tem o 13 tem associação ao ano ou não, mas aí o governo federal disponibilizou esses recursos.

Eu posso depois dar a data, eu não, não saberia te dizer se foi 12 ou 13... foi, foi naquela negociação da, da, da Emenda 13, da Resolução 13 do Senado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Raimundo Colombo, se o Consórcio Florianópolis Monumento paralisa a obra, ele não recebe pelos serviços. Mas o Estado continua gastando com a empresa de supervisão, no caso o Consórcio Prosul-Concremat. Enquanto o executor mediu apenas R\$ 375 mil no segundo semestre de 2012, o Deinfra gastou com supervisão quase R\$ 580 mil.

O senhor tinha consciência que as despesas de supervisão, que deveriam ser acessórias, estavam maiores que as despesas de execução? [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, isso não... não era uma atribuição minha. A única coisa que eu pedi o seguinte: ó, vamo tirar os dois, né? Não faz sentido você tirar quem exec... quem tá executando e a empresa de supervisão ficar, porque eles... os dois fizeram isso, então tem que substituir os dois. Agora, quanto faturou, isso não, não fazia parte do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Apesar do não cumprimento do cronograma, em 18/02/2013 o Deinfra assinou um Termo de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, na condição de interveniente anuente, anuindo com a apresentação do Contrato de Empreitada PJ 264, que é o contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz firmado entre o Deinfra e o Consórcio Florianópolis Monumento, como garantia de um empréstimo de R\$ 9,4 milhões realizado pela Construtora Espaço Aberto junto ao Badesc.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tinha ciência que a Construtora Espaço Aberto pleiteou um empréstimo no Badesc, consignando apenas os valores a receber do contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz como garantia?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu não participei desse encaminhamento, mas eu... foi falado numa reunião que eles estavam tentando fazer um empréstimo bancário pra... porque as empresas estavam saindo do consórcio, né, porque não estavam recebendo. O Estado pagava, mas os, os terceirizados não recebiam o dinheiro, então... e a colocação que foi feita é que a empresa estava fazendo um... um empréstimo financeiro, um negócio dessa ordem e que isso iria resolver. Isso... lembro que isso passou em algum momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não tinha ciência, então, do contrato com o Badesc?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu não lembro se foi com o Badesc ou não, mas foi colocado que eles iam emprestar dinheiro, né, num banco. Agora, tanto o Badesc quanto o BRDE, aí tinham os procedimentos bancários, né, de padrão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como Chefe do Poder Executivo, não lhe ocorreu a possibilidade de talvez ser considerado conflito de interesse o governo contratar uma obra, financiar a empresa e dar em garantia o saldo a pagar do contrato com o próprio governo?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Mas eu não... eu acho que o banco empresta pra quem preenche os pré-requisitos, os requisitos necessários. Eu cuidei muito do balanço do Badesc e do BRDE. O BRDE nós quintuplicamos, né, hoje é um ativo que o Estado tem aí na ordem de R\$ 5, R\$ 6 bilhões. Em 2011 ele estava quase quebrado, porque o custo dele era muito alto e ele não conseguia emprestar. O Estado aportou nesse empréstimo 200 milhões no BRDE, o que significou uma alavancagem de 1,4 bilhão novos empréstimos, isso ajudou a economia do Estado. Foi um instrumento importante pra você fazer com que a... a economia catarinense não parasse. O mesmo foi feito no Badesc, sobretudo na questão de microcrédito, foi emprestado muito recurso com juro zero e os dois bancos apresentaram lucro operacional. Era disso que eu tratava, agora pra quem eles emprestavam, qual era o juro, aí não... não cabia a mim... Tinha também um programa de Municípios, o Badesc fez um belo trabalho de... de contribuição ao Estado.

Quando uma empresa faz empréstimo, é exigido um mundo de documentos lá. Eu não sei, certamente exigiram todos esses documentos pra poder emprestar o dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o Estado pagar e os fornecedores não receberem, como estava acontecendo, não era motivo também para iniciar essa rescisão do contrato – lembrando que esse empréstimo foi realizado um ano e meio antes da rescisão?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu acho que todas as informações que a gente recebia levavam ao mesmo comum... ao mesmo lugar. A empresa não tinha capacidade de fazer. Agora, eu vou dar um dado que é impactante: nestes sete anos nós cancelamos mais contratos do BRDE, tiramos mais empresas de obras do que toda a história do Deinfra junta. Oitenta anos do Deinfra em sete anos, nós cancelamos mais contratos do que nos oitenta anos que se passaram.

(O senhor Deputado Estadual Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: "Isso não é simples de fazer.")

Isso não é simples de fazer, romper um contrato, porque sempre tem uma demanda judicial, sempre tem uma cláusula, sempre tem... Então a equipe jurídica, eu cumprimento mais uma vez, eles foram brilhantes, isso reconhecido inclusive pela Justiça, né?

Então eu acho que... nós temos comemorando aqui um sucesso, né? O ruim é o que aconteceu na 401, que nós temos ali R\$ 3 bilhões de passivo, né? E graças a Deus nós rompemos esses contratos todos e o Estado de Santa Catarina não está onerado em nenhum centavo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Para que esta CPI tenha isso registrado: o senhor considera que a rescisão foi feita no momento certo, então?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – No momento possível. O certo era nem ter contratado esse consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Raimundo Colombo, eu vou mostrar três slides para o senhor e faço a pergunta sequência, pode ser?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Pois não, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa apresentação foi adaptada da matéria do jornal Diário Catarinense, publicada em março de 2014, que apresenta as obras contratadas com a Construtora Espaço Aberto – obra de restauração da Ponte Hercílio Luz, iniciada em dezembro de 2008, estava com 30% executada, e a obra de ampliação e pavimentação da pista do aeroporto de São Joaquim, iniciada em dezembro de 2009, estava com 90% concluída. [Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: Bruna Maria Scalco]

A imagem seguinte (*aponta para o quadro*) apresenta informações extraídas do Sicop na área de transporte rodoviário. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 o Estado firmou mais 55 contratos, assumindo compromissos na ordem de R\$ 135 milhões. Mas considerando que o senhor tomou posse só em 2011, fizemos o quadro excluindo 2010. Assim, somam mais de R\$ 100 milhões em novos contratos, como está nesse último slide.

Considerando todos os slides que foram apresentados, havia dinheiro para pagar a obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, o dinheiro nós conseguimos arrumar. Tanto havia que a obra tá pronta, mas naquele momento era um desafio. Agora, se você começar uma obra e só vai fazer quando você tiver o dinheiro no banco, você não vai fazer nunca, né? Então você tem que tocar, fazer projeto, é... dar os passos, faz... faz os andamentos burocráticos e fica tentando arrumar os recursos pra fazer as obras. E, graças a Deus, mesmo em que pese ser um período muito duro, recessivo na economia brasileira, nós conseguimos aportar recursos muito significativos, né, com a participação importante do governo federal, e a gente conseguiu realizar.

Eu precisava saber, Deputado, depois se o senhor pudesse me mandar, quais foram as obras e em que estado elas estão. Se o senhor tiver interesse, eu posso relatar o aeroporto de São Joaquim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pra fins desta CPI...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, não é necessário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu termino aqui e se o senhor tiver algo mais a acrescentar... pode ser as perguntas, aí, se o senhor tiver mais alguma coisa a acrescentar...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Perfeito, o.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então eu lhe pergunto: por que o Estado assumiu mais esses compromissos na área de infraestrutura rodoviária quando ele já estava consideravelmente comprometido?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Existiam fundos no Orçamento do Estado que eram destinados a obras, né? Por exemplo, uma parte dos incentivos fiscais do ICMS tinha um fundo lá, eu não lembro o nome, que tinha recursos disponibilizados pra realizar obras, né? Então, o que foi feito foi com recursos assegurados, né? E algumas obras você fazia o projeto, você dava o encaminhamento pra você deixar elas prontas porque tinha uma possibilidade de viabilidade de alocar recursos. Então eu precisava saber quais são, em que estágio elas foram pra ver se a gente errou ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas mesmo esses... mas mesmo esse... (pausa).

Senhor Raimundo Colombo, sobre o projeto em si há fortes indícios de que o projeto usado para licitar a recuperação da ponte estava defasado, ou seja, não estava atualizado e tinha exequibilidade suspeita. O governo não estava incorrendo no mesmo erro contratando vários projetos, 38, no caso do quadro aqui (*faz referência à imagem projetada*), sendo que sequer havia esse recurso para pagar as obras em curso?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Mas, Deputado, o que o senhor faz no primeiro ano de governo? Faz projeto pra executar durante o governo, você não vai fazer projeto no último mês, você faz no começo. O inverso seria se eu tivesse fazendo 38 projetos no final do governo. Você tem que fazer no primeiro ano. Quando você assume uma missão, você faz os projetos pra executar durante o seu governo.

Então é absolutamente natural, o inverso é que seria errado. Não faz sentido nenhum você fazer projeto no último ano, você faz no primeiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade isso foi durante dois anos.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – ã, nos primeiros anos, no começo de um governo, né? Nós tivemos sete anos de governo.

Então, a lógica é essa, sabe, você entra, olha a demanda vem, você manda fazer os projetos. Nessa época também tinham projetos financiados pelo Banco Mundial, que eram exclusivamente pra projetos, né? Esse foi um contrato importante que o Governador Luiz Henrique fez e tinha um saldo pra fazer projetos; uma parte já tinha sido feita, eu acho que era US\$ 50 milhões, alguma coisa dessa natureza, e tinha um saldo. Então foram elevadas... elencadas as prioridades, o Banco Mundial nos preparou e, aí, foram feitos os contratos pra fazer os projetos decorrentes. E é absolutamente natural que se faça projeto no início do governo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esses US\$ 50 milhões gastos em projetos não poderiam ter sido aportados diretamente na ponte?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Mas a ponte seguiu o seu curso, nós estamos inaugurando ela. Eu não posso cuidar só da ponte, tem que cuidar do Estado inteiro. A ponte não era a única obra

do Estado. Tinha 1.500 quilômetros sendo feitos, a demanda vinha de todos os lugares, inclusive a ponte era uma obra complexa que exigia coragem pra definir ela como prioridade. Você fazia uma pesquisa: 50% era a favor, 50% era contra. Então... olha, pessoal, eu não tô aqui pra agradecer 50 e nem contrariar 50, eu tô aqui pra fazer o problema da mobilidade, então o desgaste eu pago, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor mesmo afirmou que a ponte era prioridade no seu governo, agora no começo (*ininteligível*).

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Ela passou a ser a hora que nós percebemos que esse era o melhor caminho. A prioridade em Florianópolis, na mobilidade em Florianópolis; agora tinha prioridade de hospital, tinha proble... priori... prioridade do Cepon, tinha prioridade de ativar o Hospital Florianópolis, tinha prioridade de duplicar os Ingleses, de fazer o aeroporto, que, aliás (*risos*)... Engraçado, a gente conseguiu resolver o problema do aeroporto e me telefonaram pra explicar porque não poderiam convidar. Eu disse: olha, pela primeira vez na vida eu vejo uma pessoa me ligar pra dizer que não pode me convidar pra ir no aeroporto. Eu dispensei o convite. É esse tipo de nojeira que, que, que traz pro líder político. Ele: olha, nós não podemos convidar o senhor pra inauguração do aeroporto porque há um veto.

Isto é uma vergonha, enoja qualquer pessoa! Então, não é por aí que as coisas devem ser feitas. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Raimundo Colombo, a senhora Karla Regina Krauel, que foi administradora da CSA Ltda., empresa que se consorciou com a Construtora Espaço Aberto formando o Consórcio Florianópolis Monumento, foi ouvida como testemunha aqui nesta Comissão e informou que entre os anos de 2011 e 2012, ela, como representante da CSA, se reuniu com alguns servidores da área de infraestrutura do Estado, um engenheiro responsável pela ponte, Secretário de Estado e o senhor, Governador do Estado à época, com vistas a informar ao Estado que a empresa CSA estava saindo das obras da ponte e que somente a Construtora Espaço Aberto seguiria conduzindo os trabalhos.

O senhor se recorda de ter participado de algumas dessas reuniões?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu tô imaginando que seja essa pessoa que eu me referi no começo. Eu não sei o nome dela, eu fui procurado, certamente tá lá no registro da Casa Militar, eu a atendi e realmente fiquei impressionado. Ela me ajudou, porque ela trouxe informações que eu não tinha e talvez a equipe principal do governo não tinha, me assustou, ela e esse outro senhor.

Eu conversei com essa mulher uma única vez, eu pedi que ela entregasse um documento do que ela estava dizendo, eu não recebi esse documento, não sei se ela entregou, mas ela deu uma colaboração importante. Foi correto isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o assunto era a saída da CSA do canteiro de obras?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – E alertando o risco de cair a ponte. Essa era a... era o principal argumento dela, ela dizia que... eu não lembro assim, porque faz muitos anos, né, mas a narrativa em tese era que não tinha como continuar com aquela empresa, eles não cumpriam, não davam condições de trabalho e, mantido eles, a ponte ia cair, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como que foi tratada a saída da CSA do canteiro de obras?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Mas era uma coisa unilateral entre eles, o Estado não tinha esse, esse, essa condição de ir lá acertar parcerias, né? O que ficou evidente e foi usado na peça jurídica é que quem dava sustentação técnica não era o consórcio... era o consórcio através desta empresa. Então, é como... quando você perde aquele que tem... não sei como é que chama o... o conhecimento técnico, a empresa restante fica inabilitada e isso é um instrumento importante pra poder cancelar o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, na verdade a rescisão do consórcio, ainda que de fato fosse motivo para a rescisão do contrato...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso não foi levado em consideração? A saída dela era motivo para rescisão unilateral por parte do Estado.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, eu acabei de dizer que consta do, do, do ato jurídico de rompimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas a rescisão foi em 2012.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Sim, mas a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A saída da CSA, eu me refiro, foi em 2012.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Sim, ela foi um elemento importante pra fazer a peça jurídica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E essa reunião ela aconteceu onde, o senhor lembra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, não foi uma reunião, ela me procurou lá na Ca... na, na, no Centro Administrativo. Ela procurou na verdade o Lauro, que era o assessor que ficava na antessala, não tinha marcado, né, e ela disse que tinha uma coisa importante pra falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E qual foi o motivo alegado para a saída da CSA das obras?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – A dificuldade operacional e relacionamento... e aí era um monte de coisa lá, eu não lembro agora os detalhes, mas era considerado inviável a manutenção e não iam tocar mais juntos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De quem foi a decisão de continuar o contrato mesmo com a saída da CSA? Foi do senhor?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Como continuar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como foi relatado, a saída de um integrante do consórcio é motivo para rescisão unilateral por parte do Estado, segundo o contrato. Mesmo assim foi... demorou ainda dois anos para ser rescindido o contrato. Então, nós queríamos entender de quem foi essa decisão de continuar o contrato mesmo com a saída da CSA.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Oh, Deputado, pela lógica, né, se você diminuiu o ritmo e preparou a saída, você teve esse tempo pra construir a peça jurídica, né? Então eu num... não foi a minha decisão de... eu não tinha conhecimento jurídico, o que eu fiz foi uma reunião, repassando as informações que recebi da mulher e formando o conceito de que aquela empresa não tinha condições e que tinha que ser tomadas as providências pra cancelar a obra com aquela empresa.

Eu tô repetindo, mas é que a pergunta vai pro mesmo, mesmo lugar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato PJ 264 previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, desde que o atraso seja responsabilidade da contratada. O senhor sabe por que esse dispositivo nunca foi aplicado até a rescisão contratual? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Olha, o que o Estado fez foi muito mais do que isso, o Estado rompeu o contrato e inabilitou a empresa pra prestar... participar de qualquer concorrência pública por não sei quantos anos. Isso é muito duro, é a medida mais extrema.

Talvez pudesse ser aplicado multa, mas se você olhar, Deputado, se o senhor olhar, o senhor vai ver que no Flamengo aplicaram 50 multas lá no Ninho do Urubu e o resultado foi a tragédia, né? Se o senhor olhar que lá na... na... na barragem de Mariana aplicaram 76 multas, né, e não cuidaram de Brumadinho.

Então o que nós... podemos ter cometido um erro, e aí é uma atribuição do Deinfra não ter aplicado a multa, mas nós não fizemos o que aconteceu no Ninho do Urubu e nem o que aconteceu no, no, em Brumadinho. Nós tiramos a empresa e colocamos as pessoas certas. Isso é um dos méritos que precisa ser reconhecido na equipe de governo, e eu quero aqui, como é meu dever, destacar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E existia algum motivo para não exigir a aplicação dessa multa?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Aí tem que perguntar pro Deinfra, porque ele tem autonomia pra tratar disso. Eu nunca... nunca me perguntaram, não era a minha função saber se tinha multa ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É que no período de 2011 a 2014 foram pagos R\$ 33,887 milhões ao Consórcio Florianópolis Monumento, sendo que não se exigiu que fosse descontado mais de R\$ 3 milhões em multas, descumprindo o contrato.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa decisão de não exigir esse desconto de R\$ 3 milhões em multas coube a quem?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Ao Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor convocava reuniões para tratar das obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem participava dessas reuniões?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – O Secretário, a diretoria do Deinfra, a parte jurídica nossa, né? Eu não lembro agora, mas posso

ver depois e te mandar, umas dez, doze pessoas e, às vezes, a gente chamava as empresas pra eles fazerem a exposição e o andamento em que elas estavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a supervisora, ela participava das reuniões?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Em algumas reuniões, quando ia a empresa executora ia a supervisora junto também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E alguma vez a supervisora foi enfática em apontar que o Consórcio Florianópolis Monumento não entregaria as obras da ponte? Quem representava a supervisora nessas reuniões?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – No... no... nesta reunião que todas as pessoas, eu perguntei pra cada um, eu pedi pra empresa supervisora ficar. E era um senhor baixinho, um engenheiro baixinho que era o chefe lá da... da obra que tava presente. E ele, aquela vez, foi a primeira vez que ele disse que não tinha mais condições, que a empresa não... não concluiria. Acho que é Celso o nome dele, não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E essa foi a primeira vez que a empresa supervisora foi enfática quanto a não capacidade de cumprimento da obra?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Pra mim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em fevereiro de 2015 o senhor foi pessoalmente aos Estados Unidos apresentar o projeto de restauração da Ponte Hercílio Luz à empresa American Bridge, que posteriormente não aceitou assumir a obra. A comitiva gastou nessa viagem, à época, R\$ 120 mil em passagens e R\$ 59 mil em adiantamento e diárias.

O senhor saberia informar se foi pleiteado judicialmente o ressarcimento dessas despesas para a retomada das obras da Ponte Hercílio Luz do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – ã, eu tava mais preocupado em resolver o problema da ponte. Essa parte não era minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Após a rescisão do contrato com o Consórcio Florianópolis Monumento, o governo tentou repassar o serviço de restauração da Ponte Hercílio Luz para outras duas empresas que desistiram também. Por que essas empresas não aceitaram o serviço? Não confiavam no Estado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – A American Bridge, você tá falando?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É, houve duas empresas, a American Bridge e...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E mais a... já vamos dizer o nome... um consórcio, nesse caso internacional também, acabou desistindo e não aceitando a obra.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – A American Bridge eu lembro, essa outra eu não, não, não lembro dos detalhes. Mas essa o... eles aceitaram fazer a obra no primeiro momento, mandaram pra cá a diretoria deles, veio um vice-presidente, ele fez vistoria na, na obra e encaminhamos tecnicamente a segurança da restauração. Mas... Aí tem um documento até que, que expressa a posição deles – nesse momento o Brasil entrou em crise internacional financeira e entrou numa situação bastante difícil. E o conselho superior, por razões financeiras do País, que tinha caído na faixa de risco lá de... de empréstimos, então eles disseram que o conselho, e eu lembro que o vice-presidente e o engenheiro disseram: olha, a gente lamenta, porque essa era uma obra... é a única no mundo, é uma obra que tem que se acompanharada pela engenharia do mundo, é uma obra extraordinária e nós, os técnicos, estamos vibrando com essa oportunidade, mas o conselho superior, pela razão de risco do Brasil ter aumentado no *ranking* internacional, não aprovou. Eu disse: tá, mas aí vocês estão nos deixando na estrada. Disse ele: olha, tem uma parceira que nós recomendamos, e a ela nós emprestaremos todo o nosso portfólio técnico e o nosso acompanhamento gratuito e que tem parceria em diversos lugares do mundo. Aí entregaram pra nós, eu passei pros engenheiros, eles fizeram todo o estudo e, aí, partearam a fazer contato com a empresa que está hoje, que é uma empresa portuguesa, e que tinha feito muitas obras em parceria e que eles recomendavam que essa fosse a empresa executora.

Esse outro consórcio internacional eu confesso que não... não registro, não... acho que não passou por mim isso. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade foi a Construtora Roca.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Ah, essa eu acho que essa é de Curitiba, que não quis ficar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que a condução administrativa da obra prejudicou que

essas empresas internacionais aceitassem realizar a obra, de alguma forma?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, o relato que eu dei foi a informação que eu tive do, do, da empresa americana, que era um problema internacional da economia brasileira, de credibilidade internacional da capacidade financeira brasileira, que entraria numa crise e tal. Isso tem por escrito num ofício deles. Eu não sei como é que consegue resgatar isso, mas... se tu quiser eu acho que tem o porquê que eles...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Agradeço.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Porque que eles não quiseram fazer. O... o... tem que tentar achar esse documento, mas ele tem, eu tenho esse documento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muito obrigado.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Tentar localizar ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O arquiteto Paulo Ney Almeida encaminhou *e-mail* para o colunista do Diário Catarinense – está aqui também projetado –, senhor Moacir Pereira, que publicou os seguintes questionamentos em 20/1/2015, abre aspas, “Chama a atenção a última... Perdão, chama a atenção a última pergunta feita pelo empresário, abre aspas, “por que a Espaço Aberto teve que tocar a obra sem os recebimentos devidos?”

Senhor Raimundo Colombo, isso realmente aconteceu?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Olha, com a Espaço Aberto nós passamos a ter conflitos, porque... a gente queria uma coisa e o serviço não vinha. E não era apenas... Você pode usar, a gente pode pensar: bom, a Ponte Hercílio Luz tava atrasada, mas as outras não tavam. A obra da... a obra dos Ingleses não tinha um tostão atrasado e não andava; a estrada do aeroporto não tinha um tostão atrasado e não andava; as outras obras que eles tinham não tocavam; o aeroporto de Florianópolis a to... atro... atrasou dois, três anos por causa dessa empresa; o de Porto Alegre a mesma coisa, o aeropor... o, o, o, o hospital ali, eu me lembro que uma vez veio o Comandante da Base Aérea e disse o seguinte: o que que a gente faz? Tá aqui o dinheiro e o pessoal no toca a obra, né?

Então, as razões eu não sei, mas as decisões que foram tomadas eram essas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A principal questão era de condução técnica, na opinião do senhor, então, desse atraso?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Talvez tenha, no começo, talvez tenha o aspecto financeiro também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Raimundo Colombo, qual a responsabilidade na condução administrativa das obras da Ponte Hercílio Luz realizadas pelo Consórcio Florianópolis Monumento? O senhor considera que o Estado teve alguma responsabilidade pelo insucesso dessa contratação ou da manutenção do contrato?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Hum... A licitação eu não... não posso... foi feita em 2008, eu acho que o que tá errado é a lei, né? Você... é uma obra de restauração, que não é uma obra de construção, você exige pela 8.666 o menor preço. A partir daí, a empresa faz o menor preço, mergulha e depois não entrega a obra. Isso é comum em tudo quanto é obra pública que é feita no Brasil. E aí vem um desgaste pra toda a classe política, parece que a classe política é que não tá sendo responsável, quando, na verdade, as empresas mergulham e, depois, ficam tentando fazer aditivos. E isso é uma realidade da lei. Eu acho que teria que ser corrigida a lei, na minha opinião.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que tem alguma parcela de responsabilidade em relação ao insucesso da conclusão das obras?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Em relação ao quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em relação ao atraso e a não conclusão da obra pelo Consórcio Florianópolis Monumento.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Não, eu tenho uma visão diferente, eu acho que depois de 31 anos a obra parada, né, nós conseguimos entregar a obra. Eu acho que isso não é insucesso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Raimundo Colombo, a última pergunta é padrão, nós fazemos aqui para todos.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado à execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Com certeza absoluta, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

Por fim, se o senhor tiver mais alguma informação ou declaração que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, fique à vontade para compartilhar neste momento.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Obrigado, Deputado.

Eu agradeço a oportunidade, agradeço o convite, cumprimento pelo trabalho, pelo esforço em trazer à tona um assunto tão importante. Eu acho que é isso que o Parlamento deve fazer, me sinto honrado de tá aqui sendo convidado e me colocando à disposição. Desculpa aí se não pude esclarecer todos os seus questionamentos, porque a função do Governador ela é mais de motivar, de dar as condições, de construir o ambiente, de oferecer os meios, né, agora essa parte operacional existe toda uma estrutura, porque é muito complexo, são muitas obras em todo o Estado, são muitos problemas, uma hora é uma greve, outra hora é uma penitenciária que queima, enfim, foi uma fase muito turbulenta, né? Mas a gente procurou dar o melhor de si.

Eu fico à disposição e agradeço ter (*ininteligível*).

[*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu agradeço também a oportunidade e gostaria também de deixar registrado em ata a disposição que o senhor mostrou em oferecer a esta Comissão os documentos que o senhor também relatou que poderia nos fornecer.

Então, gostaria de já deixar isso consignado.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu fico à disposição. Se vossa excelência desejar que eu ajude em alguma outra coisa, a qualquer momento, é só me ligar. Estou à inteira disposição pra colaborar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muito obrigado.

Presidente, por mim eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, quero aqui registrar a presença do Deputado Romildo Titon. Seja bem-vindo.

Vamos começar então pelo Deputado Jessé Lopes. Vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Sim.

Senhor Raimundo, obrigado por atender ao pedido e estar participando aqui da CPI.

À época da conclusão do seu mandato, que se encerrou em 2018, foi amplamente veiculado na imprensa o intento de que as obras da ponte fossem entregues ainda naquele ano.

Nesse sentido, o que ocorreu para que a entrega da obra não se concretizasse?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Deputado, existia, sabe, você sabe que eu até cheguei a anunciar que, que... eram as informações que eu recebia, que eu acho em março, abril, elas estariam prontas. Não ficaram. Eu identifico dois problemas: aquele lá, daquele pilar lá, que foi uma coisa muito grave e os engenheiros assustavam a gente, e depois esse outro problema. O resto eu não tenho conhecimento.

Quando eu saí do governo, eu nunca mais voltei na obra, porque eu não considero legítimo a gente ficar... pode ser visto como atrapalhando. Então, desde fevereiro de 2018 eu nunca mais fui lá. Tenho até vontade de ir lá olhar, porque um dos momentos mais importantes na vida pública de um gestor é você acompanhar uma obra, é você ver a execução, você, a máquina, você vê as pessoas trabalhando, interagir com eles. Mas eu me senti no dever de não... de não comparecer.

Eu peço desculpa, mas eu realmente não sei quais as razões que atrasaram. Mas o que eu passo por fora ali, eu vejo que ela tá pronta. Alguns engenheiros me disseram o seguinte: se quisesse entregar em julho, era possível. Mas parece que a estratégia é entregar no *réveillon* e tal, o que também é muito bom.

E uma coisa muito boa, que os americanos esses tempos mandaram um documento, ela tem a mesma capacidade de resistência da Colombo Salles e da Pedro Ivo. Ela pode carregar... ela suporta o mesmo peso ao mesmo tempo, né, e ela pode cumprir um papel completo. Ela está habilitada pra ser uma nova... ela é, na verdade, uma nova ponte, né? Agora, eu confesso pro senhor que eu não sei lhe dizer o que que impediu o andamento. Não posso fazer um juízo de valor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Certo.

No decorrer do primeiro e do segundo mandatos à frente do governo do Estado havia alguma dificuldade de ordem interna que

constituía entrave para os avanços da obra, tais como ineficiência ou demora na atuação de órgãos estaduais ou as dificuldades eram somente de ordem externa, vindas das empresas?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – É, nós chegamos a estudar, sabe, uma possibilidade de fazer uma quarta ponte. Existia um outro projeto que... fazia uma ponte no meio das duas, né, e aí ampliava bastante a pista, né? Era um outro projeto estudado. Mas existia um problema muito sério pra fazer uma nova opção, que seriam as questões ambientais. Extremamente difíceis de fazer, tanto que o acesso do sul da Ilha nós levamos cinco anos pra resolver.

Então, a... eu não lembro assim, não tenho conhecimento de nenhum problema externo na ponte. Em outros lugares, nós tivemos. O sul da Ilha ali foi terrível pra conseguir fazer. Mas não teve dificuldade ambiental ou técnica. Acho que não, não fui informado, não tô lembrando, acho que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Certo. Muito obrigado.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu que agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Jerry Comper, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Sim, senhor Presidente.

Primeiro é uma alegria muito grande poder estar aqui nesta nossa CPI da Ponte recebendo um ex-Governador, alguém que fez tanto por Santa Catarina, e a prova disso é que os seus Secretários estão aqui, Casa Civil, Infraestrutura, enfim, tantos Deputados que foram junto com você no governo. E eu não tenho dúvida nenhuma, nenhuma, da forma que os oito anos, que foi tratado o assunto a nossa ponte, porque o senhor tinha uma visão de Estado. Tendo uma visão de Estado, com certeza estava preocupado com a mobilidade.

É a nossa Capital, é aeroporto, é tudo aqui na Capital. Então o senhor estava preocupado, sim, com o que nós poderíamos fazer. E é como o senhor bem falou, essa ponte pode fazer o trabalho que as outras duas pontas fazem, a Colombo Salles e a Pedro Ivo.

Então agradeço a oportunidade de poder estar aprendendo um pouco, também de saber como funcionavam esses sete anos de mandato, depois o doutor Eduardo como Governador, do trabalho que vocês tiveram com a ponte. Eu não tenho dúvida nenhuma que, com certeza essa ponte pronta, entregando agora ao final do ano... [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A pergunta, Deputado Jerry, a pergunta vossa excelência tem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Não, eu só estou fazendo um agradecimento, eu, como membro da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Pode continuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Mas tudo bem, era isso aí. Obrigado pela presença.

Tenho direito, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhora Deputada, quero cumprimentar todos os presentes.

Eu também não tenho pergunta, mas eu queria fazer um registro, porque em 2013 eu passei a integrar o governo como Secretário da Defesa Civil, que também era um trabalho iniciante do Estado e que tínhamos um projeto muito audacioso. E assim o Estado de Santa Catarina, nesse período do Governador Raimundo Colombo – e aqui nós temos vários ex-Secretários presentes – nós tivemos avanços em muitas áreas. Infelizmente, infelizmente hoje, e eu falo isso como gestor público que fui durante oito anos também, ser gestor público hoje é um risco para qualquer pessoa com o mínimo de responsabilidade e credibilidade neste País, infelizmente. Porque o que se discute ao final é a colocação de uma vírgula, de um ponto, de uma norma contratual, e a prática não é assim, a prática não é assim.

Quando... quando a gente vê uma declaração daquela ali na imprensa, onde se questiona a idoneidade de um governo porque uma empresa contratada diz que vai processar o governo, e quando você vê um ex-Governador sentar aqui, de forma espontânea, e trazer relatos de muita responsabilidade e afirmar: rescindimos um contrato de décadas, essa ponte ela está interdita desde 1981 e o Estado gastando dinheiro para mantê-la em pé, porque é um patrimônio histórico de Santa Catarina, e até você chegar à conclusão de que aquilo que está lá não está indo para lugar nenhum... Você entra num governo, você tem mil coisas pra fazer, e ter a coragem de fazer o que foi feito e achar um caminho, Governador, pra que essa ponte não só continuasse

sendo um patrimônio histórico, que vai ficar aí por séculos adiante, com certeza, mas ela voltar a ser útil para os catarinenses e para os florianopolitanos, como uma obra de mobilidade.

E se considerarmos isso, Deputado Cobalchini, ela se tornou uma obra muito barata, muito barata, porque se analisar o que se jogou de dinheiro fora pra manter ela em pé sem saber pra onde ia, que assim foi as leis de licitação que deram validade pras contratações, e depois com responsabilidade, como a gente viu fazer, se achar uma solução definitiva pra que essa obra pudesse servir o povo. O melhor dinheiro gasto é aquele que chega no cidadão, e a Ponte Hercílio Luz é um exemplo disso.

Então eu quero cumprimentá-lo, Governador, ex-Governador, porque um pouco nós acompanhamos. E depois que essa empresa portuguesa estava lá fazendo, começou lá debaixo do mar fazer toda aquela sustentação, e uma vez nós fomos lá, nós, Deputados, eu não era mais Secretário e, sim, Deputado, fomos convidados, assim como o Governador convidava Tribunal de Contas, convidava tantos órgãos pra ir lá olhar... Tanto é que teve a preocupação de fotografar peça por peça retirada e colocada na obra, pra que isso fosse realmente transparente. E a gente viu a complexidade de uma obra dessa, porque não é simplesmente o restauro de um patrimônio histórico que foi feito tal como qual, mas é você viabilizar que esse instrumento histórico pudesse servir novamente aos catarinenses.

Então, essa foi a decisão de um Governador, é a decisão política, com respaldo da equipe técnica que viabilizou tanto o distrito de uma empresa que não levava nada a lugar nenhum, estava consumindo dinheiro do Estado, e a coragem de ir em busca de alguém que pudesse resolver um problema que há décadas não foi resolvido em Santa Catarina.

Então, parabéns, Governador. O senhor merece de todos nós, aqui, de todos os catarinenses, os parabéns e espero que lhe convidem para a inauguração dessa obra. [Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Luciane Carminatti, vossa excelência tem alguma pergunta? Deputado Sargento Lima?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor João Raimundo Colombo, mais alguma consideração final, por gentileza?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu gostaria só, eu me esqueci e foi uma injustiça da minha parte: um passo importante que foi feito e coordenado pelo doutor Serpa, foi que os órgãos de controle e fiscalização acompanhassem a obra. Então o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa, a Associação de Engenheiros, que aqui está representada, o Crea, voluntariamente eles acompanharam a obra e deram segurança pra gente, porque nós fizemos com dispensa de licitação, né, um negócio de altíssimo risco. Então a participação, o acompanhamento desses órgãos foi um instrumento decisivo no ato de fazer com que esse fosse o caminho, então eu cometi a injustiça de não citar eles na iniciativa, e seria injusto não registrar essa parceria fundamental de todos esses órgãos.

E aqui eu queria deixar com o senhor também um documento que substanciou toda a ... o rompimento, é uma portaria... um documento que fez com que nós pudéssemos tomar essa decisão.

(O depoente entrega ao senhor Presidente da CPI cópia do documento citado.)

Só para dar um número, que eu deveria ter dado antes, mas... É dois minutos: a Ponte Rio-Niterói ela tem um trânsito de mais ou menos 140 mil veículos/dia, as duas nossas, em período de baixa temporada, dá 185 mil veículos/dia, agora já passa de 200 mil veículos/dia. Então não tinha como esperar mais, era indispensável fazer e a solução mais rápida, de entregar em menor prazo, era a Hercílio Luz.

Então esses foram fundamentos importantes e essa participação dos órgãos... E a inspiração veio porque... Não sei se vocês lembram, aquele túnel que vai para o aeroporto ele ficou parado um tempo também, e a forma que encontraram de resolver aquele problema foi que esses órgãos de controle se reuniram e deram sustentação ao governo, eu não lembro qual foi o governo que fez. Então aquele foi o... Nós procuramos fazer mais ou menos igual ao que foi feito no túnel, que resolveu aquela vez e que deu sucesso de novo. Ou seja, quando todo mundo se reúne, se juntam as forças, né, aí a imprensa, a sociedade, você consegue fazer o que é quase impossível de ser feito. E essa participação foi decisiva, e eu quero aqui, agora como catarinense, e como gestor à época, em nome da nossa equipe, agradecer a confiança desses órgãos e dessas instituições, que eu fui... Às vezes na ponte estavam lá eles, cumpriam agenda toda semana, fiscalizavam voluntariamente, a Associação de Engenheiros e o Crea que fizeram essa contribuição importante na... na... nessa solução da ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) —Senhores Deputados, o documento recebido do senhor João Raimundo Colombo é datado do dia 3 de julho de 2014, assinado pelo mesmo, na condição de Governador à época, e trata realmente do Consórcio Florianópolis Monumento. E o documento determina ao Deinfra, à Procuradoria-Geral e à Casa Civil para tomarem providências acerca do assunto.

Então dou por recebido, solícito à assessoria que faça a devida anexação ao processo da CPI e distribua cópia aos senhores Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O Deputado Ivan Naatz deseja ainda fazer uma intervenção.

Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Na verdade eu aguardo concluir pra ver se não tinha nenhuma intervenção de um colega Deputado. Chamou-me muito a atenção, vossa excelência ficou até emocionalmente ativo com relação à inauguração do aeroporto de Florianópolis. Vossa excelência não foi convidado para a inauguração do aeroporto? Ou foi desconvidado?

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu não sei o que que aconteceu, Deputado, mas eu nem fui convidado, mas me pediram pra não ir, então eu não sei, eu não podia ser desconvidado de um negócio que eu não fui convidado, né? Eu não fui convidado, mas pediram para mim não ir, então é uma coisa meio estranha, eu não sei explicar que figura é esta, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – Mas o governo do Estado não?...

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Eu até não quis nem identificar, porque eu perdi a paciência. Eu disse: olha eu não sei se na Suíça vocês fazem isso, mas aqui no Brasil é a primeira vez que eu vejo uma pessoa que não foi convidada ser informada que não é para ir, porque se eu não fui convidado eu não vou, né? Mas eu não quis nem identificar, eu... aí passou do limite, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ – É que está havendo uma prática assim, né, falta de delicadeza do governo estadual é uma coisa que se espalha bem rapidamente.

Obrigado, Deputado. [Transcrição: Felipe Pereira Bueno]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Deputado, vamos nos ater à questão da CPI.

Mas, senhores Deputados, não havendo mais perguntas dirigidas ao senhor João Raimundo Colombo, dou por encerrado o depoimento de vossa senhoria e solicito à assessoria que o encaminhe à área externa desta sala. Muito obrigado pela presença.

O SR. JOÃO RAIMUNDO COLOMBO – Obrigado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, como já está, para às 17h do dia de hoje, nesta mesma sala.

Muito obrigado. (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE

EXTRATOS

EXTRATO Nº 232/2019

REFERENTE: 2º Termo Aditivo celebrado em 01/12/2019, referente ao Contrato CL nº 140/2017-00, celebrado em 23/11/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços especializados em reprodução de boletins informativos cópias coloridas e monocromáticas, através de máquinas off-set, papel tamanho A4 e A3.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: A4 Digital Print

CNPJ: 09.285.968/0001-86

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato nº 140/2017, pelo período compreendido entre 1º/01/2020 a 31/12/2020.

VIGÊNCIA: 01/01/2020 à 31/12/2020

VALOR MENSAL: R\$ 33.333,33

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, art. 57, inciso II; Contrato original, item 4.1 da Cláusula Quarta; Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização Administrativa através da comunicação interna CEO-DF nº 59 de 07/10/2019.

Florianópolis/SC, 5 de Dezembro de 2019

Neroci da Silva Raupp - Diretor - Geral

José Carlos Furtado Carrelas - Sócio

EXTRATO Nº 233/2019

REFERENTE: 4º Termo Aditivo celebrado em 01/12/2019, referente ao Contrato CL nº 012/2016-00, celebrado em 31/03/2016, cujo objeto é a Locação de imóvel destinado ao escritório de apoio à atividade parlamentar do Deputado José Milton Scheffer.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: JUCIMAR DA SILVA PEREIRA
CPF: 015.842.449-25

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato nº 012/2016, pelo período compreendido entre 1º/02/2020 a 31/12/2020.

VIGÊNCIA: 01/02/2020 à 31/12/2020

VALOR MENSAL: R\$ 1.678,18

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, art. 57, inciso II; Contrato original, item 4.1 da Cláusula Quarta; Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização Administrativa através da comunicação interna CEO-DF nº 71 de 07/10/2019.

Florianópolis/SC, 5 de Dezembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Jucimar da Silva Pereira- Locador

EXTRATO Nº 234/2019

REFERENTE: 9º Termo Aditivo celebrado em 08/11/2019, referente ao Contrato CL nº 088/2015-00, celebrado em 25/11/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: PRIMER PRODUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA ME
CNPJ: 00.729.393/0001-79

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade:

- Prorrogar a vigência do contrato para um prazo de mais 11 (onze) meses, mais precisamente para o período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2020.

- Suprimir e acrescentar, a pedido da Diretoria de Comunicação Social e a devida Autorização Administrativa, os serviços citados no Item 2.1.2 do contrato.

VIGÊNCIA: 01/01/2020 à 30/11/2020

O VALOR DO ACRÉSCIMO SERÁ DE: R\$ 13.059,46/ mês.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, c/c 65, I, "a" e "b" e § 1º da Lei nº 8.666/93; Itens 4.1 e 7.1 do contrato original e item 15.7 do Edital de Pregão 033/2015; Atos da Mesa nº 128/2015, 131/2016, 101/2017 e; Autorização Administrativa através da Declaração CEO-DF nº 076/2019.

Florianópolis/SC, 5 de Dezembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Lucia Helena Evangelista Vieira- Diretora de Comunicação Social

Ilson Antônio Bettin- Sócio

EXTRATO Nº 235/2019

REFERENTE: 2º Termo Aditivo celebrado em 01/12/2019, referente ao Contrato CL nº 007/2018-00, celebrado em 22/03/2018, cujo objeto é a locação, por demanda, de sinal de transmissão de TV via satélite (uplink e downlink).

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: BROADCAST PRODUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA.
CNPJ: 08.497.392/0001-58

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato nº 007/2018, pelo período compreendido entre 1º/01/2020 a 31/12/2020.

VIGÊNCIA: 01/01/2020 à 31/12/2020

VALOR MENSAL: R\$ 81.627,28

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, art. 57, inciso II; Contrato original, item 4.2 da Cláusula Quarta; Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização Administrativa através da comunicação interna CEO-DF nº 62 de 07/10/2019.

Florianópolis/SC, 5 de Dezembro de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Lucia Helena Vieira- Diretora de Comunicação Social

Hélio Henrique Oliveira- Sócio

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2344, de 09 de dezembro de 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1584	VERA MATTOS	60	09/10/2019	4194/2019
3614	LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS	07	07/10/2019	4196/2019
4368	LUCIANA COSTA PONS STEFANOVICH	14	22/10/2019	4197/2019
6406	KARINA CANTO BITTENCOURT	14	16/09/2019	4198/2019
6324	JULIANA ELENA BASSETTI	60	28/10/2019	4199/2019
2189	JORGE ROBERTO KRIEGER	15	15/10/2019	4200/2019
8798	JOSE SANTIAGO	15	21/11/2019	4201/2019
8848	ILDEFONSO WENDHAUSEN ROCHADEL	15	23/10/2019	4204/2019
9295	GERSON HENRIQUE MARCELINO	05	21/10/2019	4205/2019
1508	ELIANE DA CUNHA ACHAR	26	31/10/2019	4206/2019

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 2345, de 09 de dezembro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
7567	DIVINO DALLA BETTA	14	16/09/2019	4207/2019
1455	DAURA NAVEGANTE MENESES DE AGUIAR	15	17/10/2019	4208/2019
0730	CLEIA MARIA BRAGANHOLO	15	05/11/2019	4209/2019
1608	CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO	30	14/10/2019	4210/2019
1454	CLAUDIA REGINA ROCHA CABRAL	15	16/10/2019	4211/2019
7809	CLARICE DACAMPORA OURIQUES	15	12/09/2019	4212/2019
4349	CARLA GRECO GRANATO	05	23/09/2019	4213/2019
4345	ANA RITA MORICONI DE SOUZA	30	24/10/2019	4214/2019
1448	AMILTON GONCALVES	10	17/10/2019	4216/2019

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 2346, de 09 de dezembro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1485	ROMARIO DA SILVA	90	29/09/2019	4191/2019
461	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	90	11/09/2019	4193/2019
1521	JONAS LEMOS CAMPOS	90	24/10/2019	4202/2019
1448	AMILTON GONCALVES	38	13/11/2019	4215/2019

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 2347, de 09 de dezembro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 4192/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **AMANDA DUZZIONI ULIANO**, matrícula nº 7803, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 31 de outubro de 2019.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 2348, de 09 de dezembro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **MAUREEN PAPAEO KOELZER**, matrícula nº 7243, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Expediente, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER**, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 08 de dezembro de 2019 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 2349, de 09 de dezembro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerência - Redação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **MARI ANGELA PAULI CUSTODIO**, matrícula nº 1592, que se encontra em fruição de licença-prêmio, por 30 (trinta dias), a contar de 06 de dezembro de 2019 (DL - Coordenadoria de Expediente).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0466/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 251

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Morro Grande".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL
GERÊNCIA DE BENS IMÓVEIS

EM Nº 54/19 Florianópolis, 23 de Agosto de 2019.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Morro Grande, o imóvel onde funcionava a EEB. Ana Machado Dal Toé, com área total de 10.080,50 m² (dez mil, oitenta metros e cinquenta decímetros quadrados), com área construída de 1.889,69 m² (mil oitocentos e oitenta e nove metros e sessenta decímetros quadrados) e Ginásio de

Esportes, com área construída de 875,00 m² (oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), ambas não averbadas, registrado sob o nº 550, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Meleiro e cadastrado sob o nº 3518 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente doação tem por objetivo o atendimento a rede municipal de ensino, com as atividades da educação infantil, ensino fundamental e ensino de jovens e adultos. Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Jorge Eduardo Tasca

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0466.9/2019

Autoriza a doação de imóvel no Município de Morro Grande.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Morro Grande o imóvel com área de 10.080,50 m² (dez mil e oitenta metros e cinquenta decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 550 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Meleiro e cadastrado sob o nº 3518 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade o atendimento à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino de jovens e adultos da rede municipal de ensino.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade da doação ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do donatário, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0467/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 252

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóveis no Município de Paial".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº-084/2019 Florianópolis, 23 de setembro de 2019

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar ao Município de Paial, o imóvel com área superficial de 448,00m² (quatrocentos e quarenta e oito metros

quadrados), sem benfeitorias, denominado lote urbano nº 01, matriculado sob nº 473, e imóvel com área superficial de 416,00m² (quatrocentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, denominado lote urbano 02, matriculado sob nº 474, ambos no Cartório de Paz do município de Paial.

A presente doação tem por finalidade a construção de uma Capela Mortuária e uma praça pública com academia ao ar livre, para atendimento da comunidade Paialense.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Jorge Eduardo Tasca

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0467.0/2019

Autoriza a doação de imóveis no Município de Paial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Paial os seguintes imóveis:

I - o imóvel com área de 448,00 m² (quatrocentos e quarenta e oito metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 473 no Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos e Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itá e cadastrado sob o nº 03451 no Sistema de Gestão Patrimonial (SIGEP) da Secretaria de Estado da Administração (SEA); e

II - o imóvel com área de 416,00 m² (quatrocentos e dezesseis metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 474 no Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos e Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itá e cadastrado sob o nº 03451 no SIGEP da SEA.

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade a construção de uma capela mortuária e de uma praça pública com academia ao ar livre, para atendimento da população.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade da doação ou deixar de utilizar os imóveis;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, os imóveis.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação dos imóveis, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão dos imóveis.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 0468/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 253

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Irani".

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL

EM Nº 68/2019

Florianópolis, 04 de setembro de 2019.

Senhor Governador

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a cessão de uso de imóvel ao município de Irani, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito de área de 6.500,00 m² (seis mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob

o nº 1928 no Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada e cadastrado sob o nº 3568 no Sistema de Gestão Patrimonial. A presente cessão de uso tem por objetivo o funcionamento da Escola Municipal Sebastião Rodrigues de Souza, município de Irani.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Jorge Eduardo Tasca

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 0468.0/2019

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Irani.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder gratuitamente ao Município de Irani o uso do imóvel com área de 6.500,00 m² (seis mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, transcrito sob o nº 1.928, à fl. 131 do Livro nº 3, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada e cadastrado sob o nº 3568 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. O prazo da cessão de uso de que trata o caput deste artigo é de 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade a execução de atividades educacionais pelo Município.

Art. 3º O cessionário, sob pena de rescisão antecipada, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com a cessão de uso de que trata esta Lei;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade da cessão de uso ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV - necessitar do imóvel para uso próprio;

V - houver desistência por parte do cessionário; ou

VI - houver descumprimento do disposto no art. 5º desta Lei.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pelo cessionário, sem que ele tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Parágrafo único. Fica o cessionário obrigado a encaminhar à SEA, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, levantamento planimétrico georreferenciado da área territorial do imóvel.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionário firmarão termo de cessão de uso para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 0469/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 254

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, o projeto de lei que “Autoriza a desafetação e doação à União de trecho da Rodovia SC-114 no Município de São Joaquim”.

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
GABINETE DO SECRETÁRIO

Exposição de Motivos **SIE EM 086/2019**

Processo referência: DEINFRA 14696/2019

Florianópolis, 1º de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Senhor Governador,

Com os cordiais cumprimentos, respeitosamente dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o processo DEINFRA 14696/2019, expor e tratar sobre o processo de federalização da rodovia estadual SC-114, trecho compreendido entre São Joaquim e o entroncamento com o acesso a São Sebastião do Arvoredo.

A rodovia estadual SC-114, no trecho acima citado possui uma extensão aproximada de 19,05 km (dezenove quilômetros e cinquenta metros), dos quais 17,19 km (dezessete quilômetros e cento e noventa metros) pavimentados em concreto asfáltico, 1,05 km (um quilômetro e cinquenta metros) implantado e 810 m (oitocentos e dez metros) em revestimento polidédrico.

A promulgação da Lei nº 13.689, de 5 de julho de 2018, incluiu no Sistema Nacional de Viação (SNV) a rodovia BR-438. Esta rodovia planejada tem início na rodovia BR-285/RS, em Bom Jesus/RS, e fim na rodovia BR-282/SC, em Bom Retiro/SC, passando pelos municípios de São Joaquim/SC e Urubici/SC, totalizando uma diretriz de aproximadamente 161 km (cento e sessenta e um quilômetros).

O referido trecho da rodovia estadual SC-114 é coincidente com a BR-438, isto é, compartilha da mesma diretriz da rodovia federal planejada. A coincidência se dá com o trecho pertencente ao SNV sob o código 438BSC0030, que se estende da divisa SC/RS até São Joaquim.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) demonstrou interesse em, neste primeiro momento, proceder à federalização do trecho entre a rodovia BR-285/RS (Bom Jesus/RS) e o município catarinense de São Joaquim, de forma, ainda, que o EVTEA do trecho deverá ser conduzido por aquele departamento. Uma vez concluídos os estudos de viabilidade, resta o levantamento do inventário patrimonial para absorção definitiva da rodovia pela União.

A referida rodovia estadual foi recentemente pavimentada pelo Governo do Estado quase em sua totalidade. O restante do trecho rodoviário em território catarinense, os cerca de 10,3 km (dez quilômetros e trezentos metros) até a divisa SC/RS, já foi autorizado à doação à União pela Prefeitura Municipal de São Joaquim, de forma que a implantação e pavimentação deste segmento, bem como a construção da ponte sobre o Rio Pelotas, aguardam a federalização de todo o trecho entre Bom Jesus/SC e São Joaquim, garantindo a integração das regiões dos planaltos serranos catarinense e gaúcho e o estabelecimento da rota turística denominada Caminhos da Neve.

Contudo, o inciso IV do Art. 2º do Decreto nº 5.621, de 16 de dezembro de 2005, da Presidência República, condiciona a incorporação de rodovias na Rede Rodoviária sob jurisdição federal mediante a “ausência de qualquer ônus para a União, tais como ressarcimento de despesas de desapropriações, construção, operação ou manutenção que tiver incorrido o órgão ou entidade estadual ou

municipal até a data da absorção, ou de indenizações decorrentes dessa absorção”.

Dessa forma, **faz-se necessária declaração, por parte de Vossa Excelência no sentido de que a incorporação da rodovia estadual SC-114, pela União, não lhe acarretará em ônus até a efetivação da referida transferência.** Neste mesmo documento, deve-se também declarar a não existência de interferência de áreas indígenas ou de proteção ambiental com o trecho. Minuta da declaração segue anexa à folha nº 0004 deste processo, elaborada conforme modelo de declaração apresentada no Anexo A da Instrução de Serviço/DIREX nº 01/2015.

Ademais, a Constituição Estadual, em seu Capítulo III, Art. 12, define a rede viária estadual, sua infraestrutura e bens acessórios, como bens do Estado. E, através da § 1º, do mesmo Artigo, condiciona que “a doação ou utilização gratuita de bens imóveis depende de prévia autorização legislativa”.

Deste modo, por se tratar de um bem do Estado de Santa Catarina, sua doação depende da anuência do Poder Legislativo Estadual e, nesse sentido, também **solicitamos a Vossa Excelência o encaminhamento de Projeto de Lei** (minuta anexa na folha nº 0006) **à ALESC, para a competente aprovação e publicação.**

Tão logo seja publicada a Lei autorizativa ora tratada, deveremos encaminhar a Declaração ora solicitada para o DNIT, com cópia da referida Lei autorizativa.

Sem mais para o presente momento, aproveito o ensejo para reiterar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Carlos Hassler

Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade

PROJETO DE LEI Nº 0469.1/2019

Autoriza a desafetação e doação à União de trecho da Rodovia SC-114 no Município de São Joaquim.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar à União, para absorção pela rede rodoviária sob jurisdição federal, trecho de 19,05 km (dezenove quilômetros e cinco decâmetros) da Rodovia SC-114, localizado no Município de São Joaquim, iniciando no km 306,57 (entroncamento com a Rua Francilício Pinto de Arruda) e terminando no km 325,62 (entroncamento com o acesso ao distrito de São Sebastião do Arvoredo), coincidente com o trecho da Rodovia BR-438 registrado no Sistema Nacional de Viação sob o código SNV 438BSC0030, sem quaisquer ônus para a União até a data efetiva de sua transferência.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 0470/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 255

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, o projeto de lei que “Dispõe sobre o ingresso de bovinos e bubalinos no Estado e estabelece outras providências”.

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 28 de novembro de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Exposição de Motivos SAR nº 03/2019

Florianópolis, 25 de novembro de 2019.

Senhor Governador,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos submeter à apreciação de Vossa Excelência a minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre o ingresso de bovinos e bubalinos no Estado de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina é, desde 25 de maio de 2007, oficialmente reconhecido e certificado pela Organização Mundial de Saúde Animal -OIE como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação.

É do mais alto interesse para Santa Catarina manter o certificado conquistado há mais de doze anos, que representa um patrimônio catarinense e brasileiro, pois já permitiu a abertura de mercados de carne suína para países como Japão, Estados Unidos e Coréia do Sul, China, entre outros. Essa circunstância especial foi obtida com muito trabalho e indispensáveis esforços do setor público e do setor privado através dos produtores, agroindústrias e suas organizações sociais.

O Plano Estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA), do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, motivou-nos ao reforço da nossa defesa agropecuária, pois esse Plano visa garantir o status de país livre da febre aftosa e ampliar as zonas livres de febre aftosa sem vacinação.

Contudo, o referido Plano não contemplou os requisitos sanitários recomendados pela OIE para zonas vizinhas que pleiteiam o mesmo status sanitário, os quais foram cumpridos e mantidos pela defesa agropecuária catarinense. É que o Plano não prevê a comprovação de origem dos animais, logo não é possível identificar onde os bovinos e bubalinos nasceram. As exigências internacionais são claras e preveem a identificação, registro e a rastreabilidade dos bovinos.

Os catarinenses iniciaram os trabalhos em busca do reconhecimento internacional em 1993, ano do último foco da doença no estado. A partir de 2000, foi suspensa a vacinação contra a doença e proibida a entrada de bovinos de outros estados, onde a vacinação é obrigatória. Sete anos depois, Santa Catarina obteve o reconhecimento da OIE, tornando-se referência internacional no cuidado com a saúde animal e defesa agropecuária.

O fato é que, atualmente, aproximadamente 9,2 milhões de bovinos deixarão de ser imunizados no estado do Paraná, logo, o estado de Santa Catarina ficará **numa situação de extrema vulnerabilidade**, exigindo-se, portanto, a adoção de diversos mecanismos de cautela por parte do Governo do Estado. Com efeito, do ponto de vista epidemiológico, os bovinos e bubalinos catarinenses são no momento a única subpopulação de animais susceptíveis à doença dentro do país, tendo em vista não possuir, há 19 anos, a memória imunológica em face do vírus da febre aftosa.

Destaca-se que nos primeiros seis meses de 2019 o agronegócio foi responsável por 70% das exportações de Santa Catarina, com um faturamento de US\$ 3,1 bilhões, graças ao status sanitário diferenciado, condição *sine qua non* para abertura dos mercados internacionais.

Nesse sentido, ao tempo em que se apresenta o presente Projeto de Lei, solicita-se que a sua tramitação ocorra em **regime de extrema urgência**, devido a necessidade célere de reforçarmos as ações preventivas da nossa defesa agropecuária, com vistas à manutenção do estado livre da Febre Aftosa e de qualquer outra doença que possa colocar em risco a saúde do nosso rebanho, a economia catarinense e o status sanitário de Santa Catarina.

São essas, Senhor Governador, as breves razões que nos levam a submeter a Vossa Excelência a presente minuta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Ricardo de Gouvêa

Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural

PROJETO DE LEI Nº 0470.5/2019

Dispõe sobre o ingresso de bovinos e bubalinos no Estado e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedado o ingresso, no Estado, de animais vacinados contra a febre aftosa.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso, no Estado, de bovinos e bubalinos nascidos ou oriundos de zona livre de febre aftosa sem vacinação reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), observadas as exigências zoossanitárias previstas na legislação em vigor, bem como o disposto neste artigo.

§ 1º Os bovinos e bubalinos deverão possuir identificação individual oficial, permanente ou de longa duração, desde o nascimento.

§ 2º Os bovinos e bubalinos deverão estar acompanhados de documento do Serviço Veterinário Oficial do Estado de origem que comprove o registro de nascimento.

§ 3º As fêmeas de bovinos e bubalinos não poderão estar vacinadas com vacina elaborada com amostra 19 (dezenove) de *Brucella abortus* (B19).

§ 4º Os testes de diagnóstico para brucelose e tuberculose realizados em bovinos e bubalinos deverão apresentar resultado negativo, exceto para bovinos e bubalinos oriundos de estabelecimentos de criação certificados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como livres de brucelose e tuberculose ou para abate imediato em estabelecimentos com inspeção oficial.

§ 5º Os bovinos e bubalinos devem ter idade superior à necessária para realização dos testes de que trata o § 4º deste artigo, na forma estabelecida pelo MAPA.

§ 6º Os bovinos e bubalinos deverão ser transportados em veículos com carga lacrada no estabelecimento de origem pelo Serviço Veterinário Oficial do Estado onde o referido estabelecimento estiver situado, podendo ingressar no Estado de Santa Catarina somente pelos postos fixos de fiscalização estabelecidos pelo Serviço Veterinário Estadual de Santa Catarina.

Art. 3º O ingresso de bovinos e bubalinos no Estado, na forma prevista no art. 2º desta Lei, fica condicionado ao registro da entrada dos animais pelos seus proprietários, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense e à identificação dos animais com brincos oficiais do Sistema de Identificação Individual e Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos de Santa Catarina.

Parágrafo único. Os animais que estiverem em desacordo com o disposto no *caput* deste artigo terão seu abate determinado pelo Serviço Veterinário Oficial, sem direito a indenização.

Art. 4º A autorização de ingresso de espécies susceptíveis à febre aftosa no Estado fica condicionada à informação do Serviço Veterinário Oficial do Estado de origem à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) sobre a movimentação desses animais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias ao ingresso.

Art. 5º O Serviço Veterinário Estadual de Santa Catarina estabelecerá os requisitos sanitários a serem cumpridos por estabelecimentos para o abate de animais susceptíveis à febre aftosa oriundos de outras áreas livres de febre aftosa sem vacinação reconhecidas pela OIE.

§ 1º O ingresso de animais no Estado para abate somente será autorizado quando o estabelecimento de destino comprovar o cumprimento dos requisitos de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º O estabelecimento de abate de animais deverá apresentar o registro de abate e condenação dos animais oriundos de outros Estados na forma e no prazo estabelecidos pelo Serviço Veterinário Estadual de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

_____ * * * _____